

HISTÓRIA DA AMÉRICA II

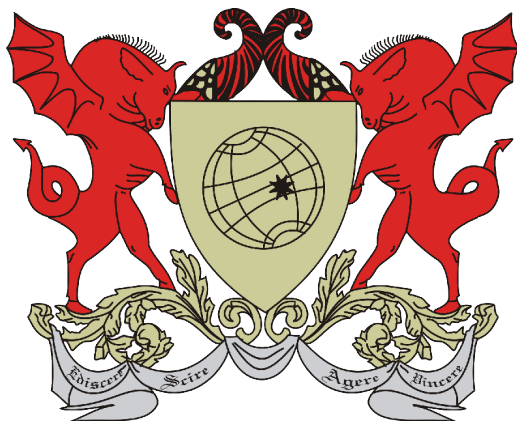
Priscila Ribeiro Dorella

Maria Marta dos Santos Camisassa



Curso de Licenciatura
em História





Universidade Federal de Viçosa

Reitora

Nilda de Fátima Ferreira Soares

Vice-Reitor

Demetrius David da Silva



Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

Diretor

Frederico Vieira Passos

*Prédio CEE, Avenida PH Rolfs s/n
Campus Universitário, 36570-000, Viçosa/MG
Telefone: (31) 3899 2858 | Fax: (31) 3899 3352*

DORELLA, Priscila R.; CAMISASSA, Maria Marta dos S. - História da América II. Viçosa - MG, 2012.

Layout: Diogo Rodrigues

Editoração Eletrônica: Pedro Augusto

Capa: Diogo Rodrigues

Revisão Final: João Batista Mota

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

D695h
2012

Dorella, Priscila Ribeiro, 1981-
História da América II / Priscila Ribeiro Dorella, Maria
Marta dos Santos Camisassa. – Viçosa, MG : UFV/CEAD,
2012.
51p. ; 29cm. (Conhecimento, ISSN 2179-1732; n. 15)

Livro eletrônico.
Inclui bibliografia.

1. América - História. 2. Políticas. I. Camisassa, Maria
Marta dos Santos, 1952-. II. Universidade Federal de Viçosa.
Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância. III. Título.

CDD 22. ed. 909.009



SUMÁRIO

- 05 APRESENTAÇÃO**
- 06 O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA**
- 14 CAUDILHISMO E LIBERALISMO NA REGIÃO PLATINA**
- 19 O DEBATE SOBRE A UNIDADE HISPANO-AMERICANA E AS PROPOSTAS BOLIVARIANAS**
- 27 A QUESTÃO DA(S) IDENTIDADE(S) LATINO-AMERICANA(S)**
- 31 A IGREJA CATÓLICA, REFORMAS LIBERAIS E LUTAS CAMPONESAS NO SÉCULO XIX**
- 38 A EXPANSÃO TERRITORIAL E ECONÔMICA NO SÉCULO XIX E A QUESTÃO DA FRONTEIRA NO IMAGINÁRIO NORTE-AMERICANO**
- 42 A GUERRA CIVIL NORTE-AMERICANA (1861-1865)**
- 48 O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO**

Apresentação

Caros (as) alunos (as),

Vamos iniciar o curso de História América II (HIS 341D), que trata de temas essenciais ocorridos na América Latina e nos Estados Unidos, durante o século XIX, tendo como ponto de referência, além da apostila, a bibliografia indicada e as aulas narradas.

No caso desta apostila, ela foi produzida com o intuito de contribuir para o melhor entendimento da bibliografia apontada e das possibilidades que oferece para o ensino de História da América no Brasil.

De modo a atender a esses objetivos, cada tema trabalhado – por exemplo, as independências na América Latina e o imperialismo norte-americano - será apresentado com informações essenciais acrescentadas de novas referências bibliográficas. Além disso, chamo a atenção, com diversos exemplos e questões, para a forma como alguns livros didáticos tratam da História da América.

É comum observar nos livros didáticos, até mesmo por conta do tempo restrito e do público-alvo (ensinos médio e fundamental), uma narrativa sintética, superficial e incompleta sobre a História da América. Cabe ao professor, portanto, não apenas chamar a atenção do aluno para tal fato, mas também acrescentar informações valiosas que o façam refletir sobre o tema. Por isso, é importante analisarmos alguns livros didáticos que trabalham com a História da América no século XIX para que vocês adquiram, como futuros professores, rudimentos capazes de construir em sala de aula um conhecimento crítico.

É possível perceber, assim, que a apostila apenas auxiliará no melhor entendimento dos textos e nas possibilidades que eles oferecem de abrir novas perspectivas históricas, ou seja, a apostila, em hipótese alguma, não deverá ser substituída pela bibliografia de referência do curso. Até porque a sua melhor compreensão dependerá da leitura dos textos apontados no programa.

Desejo a todos vocês um ótimo aproveitamento do curso de História da América!

O processo de independência e a formação dos Estados nacionais na América Latina

1.1. *Epílogo: a chegada da independência*

Aula 01 e 02, Texto-base:

SCHWARTZ, Stuart. "Epílogo: a chegada da independência". In: América Latina na época colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.465-488.

A- Ideias gerais do texto

O processo de independência na América Latina, ocorrido em sua maioria nas primeiras décadas do século XIX, tem sido fonte de um renovado interesse e originado instigantes polêmicas historiográficas a partir de uma multiplicidade de abordagens que apontam para a sua complexidade. No texto do historiador norte-americano Stuart Schwartz, da Universidade de Yale, publicado no Brasil em 2002, é discutido as independências da América Hispânica. Nele, o autor defende a tese de que as independências foram um processo que não produziu mudanças significativas em relação ao período colonial, pois, para ele, o que existe, discutivelmente, é uma divisão artificial entre o período colonial e o nacional.

Essa visão é tributária de uma interpretação relativamente antiga na América Latina, que predominou por décadas, ao identificar as independências a signos de continuísmo, posto que não teriam implicado numa mudança substantiva de natureza social. Mas, a partir da década de 1980 e principalmente dos anos de 1990, o tema renasceu, dando relevo à ideia de que esse processo implicou em mudança e ruptura.

Em todo caso, Schwartz leva em consideração, em sua explicação histórica, tanto o contexto americano quanto o europeu. Logo de início, chama a atenção para o fato de que muitos dos registros históricos desse período são mal estudados por terem sido danificados, em razão das lutas armadas que irromperam na América Latina, o que inviabilizou vários tipos de investigação com registros cartoriais, paroquiais e imobiliários. Segundo o historiador, muitos estudiosos conseguem resgatar melhor o período colonial administrado pela Dinastia dos Bourbons, ao final do século XVIII, do que o das independências, no início do século XIX.

É preciso sempre lembrar que parte desse processo das independências foi movida por agitações "pré-independência". Por exemplo: a Revolução Americana, de 1776, com seus ideais de liberdade; a Revolução Francesa, de 1789, com sua ênfase nos direitos universais do homem, e as revoltas de indígenas e de escravos afrodescendentes na América Ibérica, como a de Tupac Amaru, no Peru, em 1781; a dos Comuneros, Colômbia, no mesmo ano; a do Haiti, em 1791; a dos Coro Coro, na Venezuela, em 1795, e a dos Alfiates, na Bahia, em 1798, que contribuíram para afrouxar os laços entre a colônia e a metrópole.



Isso nos faz pensar até que ponto os precursores da independência não foram os líderes das rebeliões e revoltas do século XVIII americano, pois, segundo o autor, a disposição por contestar construtivamente os abusos dos representantes da coroa ibérica, sem questionar a legitimidade da monarquia, foi o primeiro passo para se transformar na crítica à legitimidade da autoridade metropolitana.

Outro aspecto a ser considerado nas independências da América Hispânica é que, entre 1796 a 1808, a Espanha travou várias guerras com a Inglaterra, diferente de Portugal que tinha esse país como um aliado. A consequência foi que a coroa espanhola teve que permitir a ingerência de navios neutros na América para abastecerem, transportarem às exportações da colônia e, até mesmo, levarem à metrópole a arrecadação das Índias Ocidentais. Eram os holandeses e norte-americanos que faziam esse comércio, mas, por incrível que pareça, eram os mercenários ingleses que o dominava. Assim, Schwartz defende a tese de que a América espanhola já havia adquirido independência comercial em relação à Espanha mesmo antes da separação política¹.

Foi a invasão napoleônica na Espanha, entre 1807 e 1814, que destronou o rei Fernando VII, da Dinastia dos Bourbons, colocando em seu lugar o irmão de Napoleão, José, o que deu à colônia maior autonomia e possibilidade de lutar em prol da independência, até porque o rei já não estava mais presente e o novo governo não tinha o mesmo contato com a América.

Em 1812, a nova monarquia liberal apoiada pela França, na Espanha, promulgou uma nova constituição - a Constituição de Cádiz - que limitava o poder da monarquia e eliminava instituições antigas do regime espanhol, tendo, como contrapartida, ampliar o domínio espanhol sobre as colônias. Isto teve como efeito a indignação da elite *criolla*, que clamava por maior representatividade nas decisões da metrópole e era leal a Fernando VII, mas, segundo o autor, sob essa bandeira podiam ser executados vários tipos de ação, inclusive a independência. Assim, quando o rei Fernando VII reconquistou o poder, em 1814, e desejou reaver as colônias, o processo das independências já havia sido deflagrado e os vínculos de comunicação e comércio já haviam sido interrompidos.

A partir de 1810, em várias regiões da América Hispânica, grupos de juntas *criollas* assumiram o poder. Buenos Aires, Chile, Venezuela e Nova Granada se declararam, então, repúblicas independentes, apoiadas pela Inglaterra - primeiro país a reconhecer as independências devido aos seus interesses econômicos. Isso ocorreu não sem resistência dos exércitos realistas, que lutaram o quanto puderam para evitar o fato. O resultado foi que, já no início do século XIX, com exceção de Cuba e Porto Rico, toda região de domínio espanhol estava independente.

É importante ressaltar que os processos e os líderes dessas independências tinham posturas, perspectivas e desafios, muitas vezes, bem diferentes. Por exemplo, no México o principal líder independentista foi um padre do baixo clero, Miguel Hidalgo. Ele era monarquista, devoto da Nossa Senhora de Guadalupe, leal a Fernando VII, lutava por melhores condições de vida na colônia e foi executado em 1811. O seu companheiro de luta, o também padre José Maria Morelos, esboçou uma constituição liberal, defendeu a independência da região e, afastado do poder, foi dominado, logo depois, por uma elite *criolla*, que legitimou a presença no governo do antigo Vice-Rei no México, Iturbide, declarado imperador do México independente.

O Peru, assim como o México, foi um dos maiores produtores de metais preciosos da América e teve a independência mais tardia e resistente da primeira metade do século XIX. Isso porque tinha um exército de realistas no país apoiado por uma elite *criolla* receosa de transformações, tanto assim que foi Bolívar, líder da independência na Venezuela, e San Martín, líder da independência na Argentina, os grandes libertadores da região.

Quando se obtém uma visão geral sobre as independências, é possível notar que as áreas conquistadas por último foram as primeiras a levantar-se e a ajudar ativamente as outras.

1 SCWARTZ, Stuart. "Epílogo: a chegada da independência". In: *América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.474.

E não é à toa, pois os antigos vice-reinos da Nova Espanha e do Peru ainda eram o centro do desenvolvimento institucional e militar do império, com a maior concentração de tropas regulares e milícias organizadas, e os que ofereciam maior resistência às independências.

As guerras pelas independências mobilizaram *criollos*, escravos, índios e mestiços, que os colocaram, algumas vezes em evidência (como, no caso do México, do padre mestiço Hidalgo), e duraram anos e até décadas, com grandes perdas de vidas e de propriedades produtivas, mas o efeito sobre a organização geral da sociedade não foi imediata. Para Schwartz, certas pessoas mais hábeis, de origem social mais simples, enriqueceram, sem que sugerissem que a situação geral de pessoas de sua categoria fosse mudar.

Houve, nessa primeira metade do XIX, um preconceito enorme contra a herança colonial espanhola, que era movimentado por nacionalistas românticos e liberais, no intuito de construir uma nova identidade modernizadora para a região. No entanto, Schwartz desconsidera a conquista dos novos estados soberanos e da tentativa de formação de nacionalidades específicas, como a argentina, chilena, peruana, mexicana, etc. De acordo com o autor, em geral, havia um grau de continuidade na América Latina antes e depois da independência, nos setores social, econômico e cultural. Ou seja, para ele, continuamos dependentes economicamente, pressionados por uma elite local excludente, tributários da fé católica e atrasados socialmente.

Essa é uma leitura muito polêmica que minimiza as conquistas sociais e não vê avanços nos movimentos sociais que ocorreram posteriormente. Somado a isso, vale colocar que o historiador franco-espanhol Xavier Guerra, citado em História da América I, considerava a historiografia que compreende as independências como uma mudança “puramente política”, ou seja, uma simples substituição de poderes. Ele não via esse como um momento revolucionário da América Hispânica, ao possibilitar a fundação de uma nova sociedade, de um novo Estado soberano e de um novo jeito de se fazer política. Para ele, era inconcebível a ideia de relativizar essa conquista da independência e a sua eficácia, por mais desafios que ela representasse ou apresentasse.

Gostaria que vocês fizessem uma reflexão sobre os sentidos das independências da América Hispânica, momento este oportuno em que se comemoram em muitos desses países os duzentos anos das independências e se ampliam o debate historiográfico acerca desse tema.

B- O tema em questão no livro didático

Escolhi o livro didático do historiador marxista Raymundo Campos, publicado em 1978, destinado aos alunos do ensino médio. Ao final do capítulo sobre as independências na América Espanhola, ele apresenta um pequeno resumo dos principais fatores a serem considerados sobre esse processo. Com base nos textos lidos, pensem sobre como ele aponta e desenvolve acerca das independências. Dessa forma, vocês poderão avaliar algumas das contribuições colocadas pela nossa bibliografia indicada no curso. Antes, é importante lembrar que todo livro didático tem seus limites e o nosso trabalho não é condenar o autor, mas sim repensar algumas ideias a partir de sua narrativa.

Leia o resumo de Raymundo Campos destinado aos alunos do ensino médio sobre as independências da América Espanhola

“1 - No início do século XIX, a independência da América Espanhola ocorreu num contexto político internacional marcado por fatos, como a Revolução Francesa, as guerras napoleônicas e a Revolução Industrial Inglesa.

2-Podemos citar como razões fundamentais para o movimento de independência: a política do pacto colonial que prejudicava seriamente a economia das colônias; a situação de inferioridade social e política dos criollos; as ideias da cultura na Ilustração; os interesses dos Estados Unidos, França e, especialmente, Inglaterra em fazer da América Espanhola uma região de livre comércio, sem os obstáculos do mercantilismo espanhol.

3-Depois de uma série de tentativas fracassadas em vários países, a grande oportunidade para a independência surgiu com a ocupação napoleônica da Espanha. A partir de 1810, diversos movimentos de libertação irromperam em países da América, muitos deles ajudados pela França Napoleônica.

4-Num primeiro momento, os espanhóis conseguiram reprimir os movimentos de libertação, mas, depois de 1815, contando com a ajuda da Inglaterra, os criollos retomaram a ofensiva e, no início da década de 1820, em diversos países, a independência terminou por triunfar.

5-Com a independência, a América Espanhola fragmentou-se numa série de países dominados por grandes famílias da aristocracia crioula. Sobre esse continente dividido e fraco, estabeleceu-se cada vez mais a dominação econômica da Inglaterra.”

CAMPOS, Raymundo. *História Geral. Idades Moderna e Contemporânea Vol. 2. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atual, 1978, p.109.*

Algumas questões para pensar

Como o autor compreende o processo das independências na América Hispânica? Para ele, o movimento foi igual e ocorreu ao mesmo tempo em toda América ou teve suas especificidades regionais? Quais os principais motivos que levaram as independências? O texto nos leva a pensar quais os fatores externos que determinaram as independências? Quais foram os agentes que contribuíram para as independências que o autor nem menciona? A sua narrativa histórica é mais política, econômica ou cultural?

Algumas observações sobre o texto de Raymundo Campos

Como visto nos textos sobre as independências na América Hispânica, sabemos que as razões desse processo foram múltiplas. Há algumas interpretações, como a de Raymundo Campos, que concede muita importância aos fatores externos (Revolução Francesa, Revolução Americana, etc.) e pouca ou nenhuma importância aos fatores internos (a participação de escravos, indígenas e mestiços nas lutas pelas independências; o papel dos “libertadores da América”, como Simón Bolívar, e a autonomia econômica da colônia em relação à Espanha já no final do século XVIII).

Somado a isso, as razões da independência são dadas pelo historiador marxista sob os pontos de vista político e econômico, silenciando as questões sociais, culturais e religiosas que servem também como base explicativa desse complexo processo. Com efeito, muitas perguntas ficam no ar para os alunos. Uma consequência de se explicar as independências da América Hispânica dessa forma é a de colocar em segundo plano o protagonismo hispano-americano na luta pelos direitos políticos, sociais e religiosos conquistados a partir de então.

1.2. Sonhos e decepções nas independências hispano-americanas

Texto base

PRADO, Maria Ligia. "Sonhos e decepções nas independências Hispano-americanas". In: América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos. São Paulo: Edusp, p.53-73.

A- Ideias gerais do texto

Como dito, as comemorações dos 500 anos da chegada de Colombo à América e, principalmente, à luz das comemorações dos bicentenários, as independências têm ganhado um lugar central nas reflexões historiográficas sobre o continente. Além dos motivos que as ocasionaram, é também importante identificar e refletir sobre algumas das principais figuras que contribuíram para essa conquista.

É com base no texto da historiadora da Universidade de São Paulo Maria Ligia Prado que proponho produzirmos uma reflexão crítica sobre as expectativas criadas nesse processo e o resultado que ela teve, uma vez que foram diversos os personagens de trajetórias distintas e perspectivas divergentes que contribuíram com a formação dos estados nacionais latino-americanos.

Vale mencionar que a autora ressalta muitos do que os defensores das independências demonstravam em seus escritos – panfletos, livros, memórias, discursos, jornais – um sólido conhecimento das ideias liberais. Havia uma crença nesses indivíduos na ação humana, na defesa dos direitos naturais do homem, na liberdade de expressão, na legitimidade da propriedade privada, na conquista social promovida pelo mérito, que, de um jeito ou de outro, amarraram suas plataformas de ação e suas justificativas para a emancipação.

Simón Bolívar foi talvez o mais conhecido de todos, por ter sido consagrado na historiografia tradicional como "o libertador da América". Lutou contra a tirania espanhola e em busca de liberdade, tendo como ponto de referência as ideias liberais. Alimentou uma grande esperança sobre a autonomia da América Hispânica. Como assinalou,

Tão logo sejamos fortes, sob os auspícios de uma nação liberal que nos empreste sua proteção, se nos verá concordes em cultivar as virtudes e os talentos que conduzem à glória; então seguiremos a marcha majestosa em direção às grandes propriedades para as quais a América Meridional esta destinada.²

Mas, ao longo da luta, o pensamento de Bolívar mesclou esperanças ideias republicanas e liberais com ressentidas proposições autoritárias e antidemocráticas, vistas, por exemplo, na sua defesa do presidencialismo vitalício durante a formulação da Constituição Boliviana, de 1826.

Prado salienta que a trajetória do cientista Francisco José Caldas (1768-1816) coloca em relevo a importância das universidades da América Espanhola para a divulgação de ideias revolucionárias. É preciso lembrar que a colonização espanhola construiu, desde o século XVI, 23 universidades na América com ajuda, fundamentalmente, de Jesuítas, Dominicanos e Franciscanos. Isto teve como consequência a formação de um ensino profundamente calcado no cristianismo e herdeiro da neoescolástica, ou seja, além de tratar de um espaço restrito que alcançava um círculo social bastante pequeno de pessoas, era um meio avesso ao pensamento crítico.

² PRADO, Maria Ligia. "Sonhos e decepções nas independências Hispano-americanas". In: América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos. São Paulo: Edusp, p.54.

José Caldas foi um cientista que questionou com dureza a filosofia e a educação da neoescolástica, porque acreditava na educação das luzes, que era a corrente que, de fato, contribuía para o desenvolvimento do conhecimento científico. Como afirma a historiadora, Caldas contestou os paradigmas do conhecimento religioso e do poder político vigente, no começo do século XIX, ao procurar demonstrar que não havia ruptura entre as novas visões de mundo da ciência e os princípios da política liberal. Sua inquietação e coerência adquiridas com o contato com as ideias liberais - que chegavam, muitas vezes, a América Espanhola por meio de livros contrabandeados - o levaram a assumir posições radicais e o dispuseram a lutar pela independência. Foi fuzilado em 1816 pelo exército do império espanhol devido ao seu apoio aos movimentos de independência na Colômbia.

Outro exemplo marcante de líderes independentistas é o de Miguel Hidalgo y Costilla (1753-1811), um padre do baixo clero que teve um papel determinante na independência mexicana, a ponto de ser considerado um padre revolucionário que pegou em armas contra as injustiças sociais e em prol da liberdade. Duramente executado pelo exército realista em 1811, foi acusado de defender a república e ter ideias liberais.

Como instituição hierarquizada, a Igreja sempre esteve do lado dos realistas durante as independências. Mas, no baixo clero, havia muitos líderes religiosos profundamente ligados aos camponeses mais pobres e que escolheram defender algumas de suas reivindicações. Foi o caso de Hidalgo, por exemplo, que levantou a bandeira da Virgem de Guadalupe, lutou contra o excesso de impostos e pela volta do rei Fernando II, afastado devido às invasões napoleônicas. É preciso lembrar que o clero era muito respeitado e tinha grande poder de convencimento diante do povo. Assim, a inconformidade de Hidalgo diante das injustiças sociais o fez dar o primeiro grito de independência, em 1810, o famoso Grito de Dolores, apesar de ter sido duramente punido.

Entre as décadas de 10 e 20 do século XIX, muitas das regiões que conquistaram as independências viveram longas guerras civis que deixaram a economia devastada, a população fragilizada e o Estado governado por líderes autoritários, ou seja, a liberdade não foi plenamente vivida tal como se imaginava. Para muitos simpatizantes, as ideias liberais, a justiça, o progresso, a riqueza e a liberdade deveriam florescer de imediato na América, o que não aconteceu. De repente, segundo Prado, tudo parecia ter sido em vão. *“Tempos de transformação trazem em si grandes esperanças e sua outra face, as inevitáveis frustrações”*.³

Muitos dos líderes militares e políticos que sonharam com a liberdade das independências na América foram duramente punidos, como o mexicano Hidalgo e o colombiano Francisco Caldas. Outros tantos morreram no exílio, voluntário ou não: Bernardo O’Higgins terminou seus dias no Peru; Simón Bolívar, em Santa Marta; José Artigas, no interior do Paraguai; José de San Martín, na Europa, e Francisco Miranda, numa prisão, em Cádiz.

A vontade inicial de mudança de muitos desses líderes militares, políticos e religiosos, baseada na crença e na justeza de suas ideias, deu lugar, na maturidade – na medida em que os acontecimentos não corresponderam às suas expectativas – ao desespero e à desilusão. O resultado foi, muitas vezes, a adoção de medidas conservadoras e a negação de todas as certezas passadas. Assim aconteceu com Bolívar, Bustamante e Monteagudo. Era a consideração de que o povo não estava preparado para a república liberal e democrática e, portanto, a ordem policial e autoritária era compreensível.

A grande questão que a autora enfatiza, ao final de seu ensaio, é a ideia de que as independências geraram a soberania nacional de muitos dessas regiões, criaram novas elites, mas os novos tempos não trouxeram benesses

3 PRADO, Maria Ligia. *“Sonhos e desilusões nas independências Hispano-americanas”*. In: *América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Edusp, p.73.



ou regalias para o povo. As mudanças sociais de peso, como reforma agrária, salários dignos, participação política, educação popular, cidadania, respeito cultural às diferenças, só seriam de fato conquistadas a partir das lutas sociais que vão ocorrer no século XX. Portanto, não foram as independências da América Hispânica que transformaram radicalmente a vida da maioria do povo, embora tenham iniciado o processo de soberania nacional.

B- O tema em questão no livro didático

Leia o trecho do texto didático de Geraldo Vinci de Moraes sobre os líderes das independências da América Espanhola, publicado em 1998.

“As primeiras manifestações favoráveis à independência surgiram em 1810, no México e em algumas regiões sul-americanas. Elas resistiram com relativo sucesso às investidas da Espanha para reforçar os laços coloniais.

No México, o padre Hidalgo foi o grande líder da resistência, organizada por mestiços, índios e brancos pobres. Por isso, foi fuzilado em 1811. Outro padre, Morellos, tentou em seguida organizar a população contra a opressão metropolitana, mas também foi fuzilado.

A independência só ocorreu em 1821, sob o comando do general Itúrbide, enviado pela Espanha para conter os movimentos revolucionários. O general autoproclamou-se imperador do México, mas em 1823 foi derrubado por republicanos. (...)

Na América do Sul, os movimentos nacionalistas assumiram uma fase radical com a liderança de Simón Bolívar, Sucre e San Martín.

San Martín organizou um exército revolucionário no Sul que foi fundamental para a independência dos países da região. No Norte, a liderança era de Bolívar e Sucre, que também organizaram um grande exército popular nacionalista. É preciso salientar que essas organizações militares tiveram forte colaboração da Inglaterra, interessada na independência das colônias americanas.

Com seu poderoso “Exército dos Andes”, San Martín libertou a Argentina (1816) e o Chile (1818). Ao Norte, Bolívar libertou a Colômbia (1819) e a Venezuela (1821). Ambos encontraram-se no Peru, em 1822, para lutar por sua independência, que ocorreria em 1824. Por divergências políticas, San Martín afastou-se de Bolívar, mas este continuou na luta a favor da independência.

Simón Bolívar acalentava o ambicioso projeto político de formar uma só grande nação na América, independente e unificada. Por isso, ele percorreu toda a América do Sul, organizando os movimentos de libertação. Ajudou a proclamar a independência no Equador (1822) e na Bolívia (1825), junto com Sucre. (...)”

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Caminhos das civilizações: História Integrada – Geral e Brasil*. São Paulo: Editora Atual, 1998, p.282.

Algumas questões para pensar

É possível compreender o papel diversificado dos líderes das independências na leitura desse texto? Como o texto da historiadora Maria Lígia Prado pode ampliar o nosso olhar sobre essa questão? Como explicar para os alunos que um padre pegou em armas, como o Padre Hidalgo no México, e acabou por contribuir com a proclamação da república na América? Não seria contraditório? A narrativa do autor **não induz à** ideia de que só os grandes homens é que fazem a história? E o povo, onde estava durante as lutas das independências na América Hispânica?

Algumas observações sobre o texto de José Geraldo

Como visto nos textos sobre as independências, sabemos que lideranças políticas, intelectuais, científicas e religiosas contribuíram com as independências. A visão do autor privilegia, assim, uma história política e factual permeada de grandes heróis, excluindo assim as contradições e complexidades do conhecimento histórico que percebemos, por exemplo, no texto da historiadora Maria Ligia Prado.

Bibliografia complementar sobre as independências da América Hispânica

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. SP: Cia. das Letras, 2008.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

CHUST, Manuel. Reflexões sobre as independências ibero-americanas. *Revista de História, USP/SP*, n° 159, agosto/dezembro de 2008, p. 243-262.

GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação: soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado*. Vitória: IHGES, 2001.

PAMPLONA, Marco. A.; DOYLE, Don H (orgs). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-Nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Caudilhismo e liberalismo na região Platina

2.1. O Caudilhismo e o Estado nacional

Aula 3, Texto base:

PRADO, Maria Ligia. "O Caudilhismo e o Estado Nacional". A Formação das Nações Latino-americanas. São Paulo: Atual, 1998, p. 38-56.

O texto *Caudilhismo e o Estado Nacional*, da historiadora Maria Ligia Prado, fundamentalmente, é sobre a fragmentação política do Vice-Reinado do Rio da Prata, da formação de nações latino-americanas, como a Argentina, e da emergência do fenômeno caudilhismo, que, apesar de ser muito vinculada à região do Rio da Prata, foi identificado em diversas partes da América Hispânica após as independências. É importante adiantar que os caudilhos são considerados, em sua maioria, líderes políticos e militares que surgiram das lutas das independências na América Hispânica e, desde então, são compreendidos pela historiografia de forma bastante controversa, pois foram já associados tanto à ideia de barbárie, quanto de baluartes da tradição nacional.



No início do século XIX, a partir de 1810, a grande extensão do continente americano - desde os descobrimentos, dominado pelos espanhóis - entrou em convulsão política, dando início ao processo que resultou nas independências em relação à Espanha e na formação dos novos países da América Latina.

Este processo abrangeu todos os vice-reinos da época (Novo México, Nova Granada, Peru e Rio da Prata), assim como as Capitanias Gerais (da Guatemala, Cuba, Venezuela e Chile). Isto quer dizer que, partindo do atual México, ao Norte, até o Chile, ao Sul, a América espanhola iniciava um momento de guerras que resultariam na emancipação.

Esses movimentos não se isolavam do que ocorria no cenário espanhol, sacudido pela invasão das tropas napoleônicas em 1808, pelo cativo rei Fernando VII e pela coroação de José Bonaparte, irmão de Napoleão. Na Espanha, foram criadas juntas provinciais para organizar a resistência, que foram reunidas em uma junta central de governo, em Sevilha. Essa persistiu até o início de 1810, quando foi dissolvida. Sua dissolução incentivou a formação de juntas autônomas na colônia, processo que acabou culminando, entre outras consequências, nas independências.

Esse rompimento, entretanto, não se daria facilmente. Desde 1810, quando se iniciaram abertamente as lutas, até meados da década de 1820, houve um processo constante de guerras, com vitórias e derrotas, com altos e baixos. Em 1814, por exemplo, quando o rei Fernando VII retornou ao trono espanhol e tentou restaurar a dominação colonial na América, viveu-se uma intensificação dos conflitos. Já em 1820, com uma revolução liberal ocorrida na própria Espanha, o rei viu-se obrigado a obedecer à Constituição de Cádiz, o que limitou em muito o seu poder. De certa maneira, isto também repercutiu favoravelmente nos movimentos independentistas americanos que, além de tudo, já contavam com muitos anos de guerra. Na década de 1820, as diferentes porções da América Hispânica, à exceção de Cuba e Porto Rico, consolidavam suas independências.

Como resultado desse processo, a antiga configuração conformada em torno de vice-reinos e capitanias gerais foi desestruturada e erigida sob novos

contornos, sendo constituídos diferentes estados nacionais, num processo também permeado por conflitos, que não foram somente externos, mas indispuseram as diversas partes dos antigos vice-reinos, num sem número de lutas regionais, que deram lugar ao surgimento de líderes locais denominados caudilhos.

No Vice-Reino do Rio da Prata, houve vários embates, em parte resultantes das tentativas de Buenos Aires - capital desde sua fundação, em 1776 - de impor sua hegemonia sobre todo o território. Desde a formação da primeira junta de governo, instituída em 1810 para tomar provisoriamente conta do poder enquanto o rei estava preso, houve a reivindicação da autoridade sobre o restante do território, mas nem todas as regiões quiseram reconhecê-la. As que se submeteram compunham a atual Argentina. O Paraguai logo, em 1811, tomou um caminho próprio. O que conhecemos hoje como República Oriental do Uruguai foi, durante um bom tempo, disputada entre portugueses (e depois brasileiros) e governantes de Buenos Aires. A atual Bolívia se manteve até meados da década de 1820, sob liderança do Império Espanhol.

O que viria a se constituir como Argentina, desde iniciadas as lutas pela emancipação até a década de 1860, foi palco de discórdias políticas que com o tempo se desdobraram em uma verdadeira guerra civil, por meio da liderança dos caudilhos.



O primeiro conflito deu-se já no contexto da primeira junta de governo, em 1810, pela qual se divulgavam o sistema republicano e a independência, além da intenção de Buenos Aires centralizar o poder da nova nação e das províncias do antigo Vice-reino do Rio da Prata.

A então Província da Banda Oriental, atual Uruguai, era cobiçada, por um lado, por Buenos Aires e, por outro, pelos portugueses. José Gervasio Artigas, caudilho da região, despontava primeiro como aliado de Buenos Aires, mas logo se opôs aos projetos centralizadores da capital. Levantou-se, pois, Artigas como líder federalista e antiportenho na segunda década daquele século, mobilizando primeiro as províncias do chamado litoral (entre os rios Uruguai e Paraná).

A influência de Artigas ultrapassou a Banda Oriental, chegando a outras províncias. Apesar da hostilidade de Buenos Aires, sua tropa tomaram Montevideú, em 1814. Ao recusarem o pedido do caudilho para que lhe entregasse a cidade, as duas partes foram à guerra. Artigas saiu-se vencedor e ocupou a cidade, de onde governou a Liga Federal, composta pelas províncias de Entre Ríos, Corrientes, Santa Fé, Córdoba e Misiones. Ele exerceu domínio na maior parte do Litoral até 1816, mas sofreu com a intervenção portuguesa na Banda Oriental em 1820, que durou até 1828, quando se tornou um país independente.

A tensão entre Buenos Aires e províncias se acirrou nos idos de 1819, quando foi completada uma constituição unitária sob o governo de Juan Martín de Pueyrredón, com o apoio de San Martín, que contribuiu com a declaração formal da independência, em 9 de julho de 1816. Essa constituição era centralista, com um executivo que tinha o poder de nomear todos os governadores de províncias e, além do mais, deixava aberta uma possibilidade para a instauração de uma monarquia constitucional.

Nesse momento, as Províncias Unidas do Rio da Prata entraram em um período de guerra civil, marcado por conflitos que contrapunham duas tendências politicamente opostas. De um lado, estavam aqueles que pretendiam centralizar o poder a partir de Buenos Aires e eram conhecidos como unitários; de outro, se encontravam os chamados federalistas, que eram as lideranças locais, defensores de uma política descentralizada e de uma relativa autonomia das províncias. Não só nesse ponto discordavam unitários e federalistas.

Os federalistas eram compostos por líderes provinciais, os chamados



caudilhos, que possuíam um poder local e eram protegidos por milícias pessoais compostas por seus peões, os gaúchos - população híbrida, que misturava traços da cultura indígena e *criolla* e que sabia lidar muito bem com as tarefas do campo, como a criação de gado e a montagem a cavalo.

O grupo dos unitários, por sua vez, reunia indivíduos intelectualizados, de tendência liberal, que valorizavam a cultura urbana e se inspiravam nos moldes da civilização europeia. Assim, por mais paradoxal que possa parecer, a ideia de Argentina nascia marcado por uma divisão política entre unitários e federalistas.

A Constituição Unitária de 1819 despertou resistências nas províncias. Em 1820, ocorreu a famosa Batalha de Cepeda, com ativa participação de Estanislao López, da província de Santa Fé, e Francisco Ramírez, de Entre Ríos. O Congresso Nacional foi dissolvido e iniciou-se uma fase em que se formaram governos independentes e autônomos com relação a um poder central. Nesta década, os caudilhos das províncias do interior e do chamado litoral se mobilizaram no sentido de criar unidades independentes agregadas por pactos interprovinciais.

Assim, em 1820, Tucumán tornou-se uma República, à frente da qual estava o seu antigo governador, Bernabé Araoz. Santiago del Estero e Catamarca, que eram submetidas a Tucumán, conseguiram a separação. Os antigos governadores de Córdoba tinha intenção de centralizar o poder e tomar o lugar de Buenos Aires, mas não receberam apoio das demais províncias. Na região de Córdoba, apareceram outras unidades independentes: San Luis, San Juan, La Rioja. Nessa última exerceu domínio o líder local Facundo Quiroga, imortalizado por Domingos Faustino Sarmiento, intelectual liberal e posteriormente presidente da Argentina, em seu *Facundo: civilização e barbárie*, de 1845, no qual detratava a figura deste e de outros caudilhos, bem como o campo em detrimento da cidade, o interior em detrimento da capital, a América em detrimento da Europa, a "barbárie" em detrimento da "civilização".

O caudilho Facundo Quiroga, analisado por Sarmiento, era um fazendeiro e chefe militar local. Durante muito tempo atuou nos bastidores da política local, ajudando a eleger governadores, até ocupar lugar principal no cenário político da região. Exerceu liderança sobre várias províncias do interior, como Cuyo, Santiago Del Estero, Catamarca, Tucumán, San Juan e, obviamente, La Rioja. Em 1831, consolidou seu poder sobre o interior da Argentina, vencendo seus rivais unitários, os generais Paz e Lamadrid.

Desde o desmembramento das províncias, em 1820, Buenos Aires viveu um período de desenvolvimento econômico, por usufruir das rendas e do comércio portuário. Foi governada, entre 1820 e 1829, por Martín Rodríguez e Bernardino Rivadavia, que desenvolveram políticas modernizadoras, em razão do caráter ilustrado, sobretudo, de Rivadavia.

Entretanto, em 1829, o governo de Buenos Aires passaria às mãos de um caudilho federalista, Juan Manuel de Rosas, execrado pelos unitários e cujo poder teria uma longa vigência (1829 a 1832 e 1835 a 1852). No início da década de 1830, o poder estava dividido entre Juan Facundo Quiroga, no interior, Estanislao López, no Litoral, e Rosas, em Buenos Aires. Com as mortes de Quiroga (1835) e López (1838), Rosas foi o poder dominante na Argentina, tendo governado Buenos Aires com ampla autonomia sobre as outras províncias.

Após a subida de Rosas ao poder, foi selado, em 1831, o chamado Pacto Federal: um pacto interprovincial que funcionou como instrumento legal que tentava conciliar soberania e independência dos estados provinciais e unificação. Surgiu, primeiramente, como tratado das províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Ríos, mas posteriormente foi assinado pelo resto das províncias, que delegaram o tratamento das questões exteriores a Buenos Aires, única cidade-porto. O Pacto Federal foi convertido em fundamento da Confederação Argentina até a Constituição Federal de 1853. Sob Rosas, houve, ainda que sem instituições nacionais, uma unificação de fato da Argentina, conquistada por meio de uma ditadura caudilhesca.

A ditadura de Rosas perseguiu políticos e intelectuais liberais que compuseram a geração de românticos, cujos principais expoentes foram Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi e Juan María Gutierrez. Formavam a chamada Geração de 1837, reunida inicialmente em saraus literários e consolidada no movimento de oposição a Rosas, visto que eram herdeiros do antigo unitarismo, os quais foram proscritos e fizeram a oposição à ditadura a partir do exílio, sobretudo no Uruguai e no Chile.

Após a queda de Rosas, ainda demorou uma década para que o país se unificasse sob uma mesma constituição, pois Buenos Aires não acatou aquela que foi ratificada pelas 13 províncias da Confederação em 1853, em razão de conflitos econômicos que giravam, sobretudo, em torno da luta pela nacionalização dos ingressos alfandegários do porto de Buenos Aires. Entre 1854 e 1861, portanto, Buenos Aires ficou de fora da Confederação.

Em setembro de 1861 travou-se a Batalha de Pavón, que tinha como principais líderes Bartolomé Mitre, então governador de Buenos Aires, e do outro lado, Justo José Urquiza, chefe da Confederação. A batalha foi vencida pelo primeiro, que com a tarefa de organizar um governo unificado, foi eleito presidente pelo Congresso Nacional, em outubro de 1862. A partir desta data foi possível estabelecer um governo argentino integrando as 14 províncias em torno de uma constituição, que considerava uma relativa autonomia das províncias coordenadas pela capital Buenos Aires.

Com efeito, a formação da nação argentina foi fruto de muitos embates entre as perspectivas federalista e unitária. Essa última, defendida por liberais, como Sarmiento, associou o comportamento de líderes regionalistas, como o caudilho Facundo Quiroga, à pura barbárie pela falta de lei, limites, autoritarismo e violência política. No entanto, há aqueles historiadores nacionalistas que consideram que os caudilhos foram líderes regionalistas responsáveis pela proteção do território contra as invasões estrangeiras e pela manutenção da tradição da nação. Diante disso, é fundamental considerar que o caudilhismo foi um tema que ganhou interpretações apaixonadas e tão fortemente movidas por questões ideológicas que, ainda hoje, segue sendo relevante a historiográfica do tema.

B-O tema em questão no livro didático

Observe como o texto sobre o caudilhismo da historiadora Maria Ligia Prado aparece para no livro didático

Os caudilhos

“Ainda que muitas vezes o caudilho fosse um grande fazendeiro, pela sua vida rude, pelas suas qualidades pessoais de coragem e destreza, confundia-se muito com seus seguidores, aos quais, no entanto, travava com indiscutível autoridade. Os caudilhos representavam sempre interesses regionais e, portanto, eram, em sua grande maioria, ardorosos defensores do federalismo como forma de organização política.”

PRADO, Maria Ligia. *A Formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1985, p.38. In: BRAICK, Patrícia Ramos & MOTA, Myriam Brecho. *História das Cavernas ao terceiro milênio*. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2010, p. 308.

Algumas questões para pensar

O livro didático escrito por Patrícia Braick e Myrian Brecho, em 2010, incorpora muitos conteúdos historiográficos atualizados. No caso do trecho sobre o caudilhismo, é possível notar que ele é parte do mesmo texto que lemos no curso. Mas, quando o professor lê apenas esse trecho com os alunos, o que é possível dizer? Como explicar a emergência do caudilhismo após as lutas das independências na América Hispânica com base nesse trecho? O regionalismo defendido pelos caudilhos comprometeu a formação das nações latino-americanas? Ou, ao contrário, contribuiu para a sua formação no momento que



impediu a ingerência ostensiva de países europeus como a Inglaterra?

Algumas observações sobre o quadro “os caudilhos”

Como visto na leitura do texto de Maria Ligia Prado e na aula narrada, o caudilhismo é um tema polêmico da historiografia hispano-americana, sendo associado, por vezes, tanto à barbárie quanto à identidade nacional de muitos países do cone sul. Diante disso, é importante mostrar para os alunos uma leitura crítica acerca dos acontecimentos vividos na América Hispânica após as independências, para que eles compreendam que o fenômeno do caudilhismo ocorreu em algumas regiões, como a Argentina, e determinou, por meio de guerras civis, as bases da formação nacional.

Fica claro, aqui, que a capacidade do professor de retirar elementos do pequeno texto sobre o caudilhismo depende da leitura mais aprofundada sobre o assunto.

Bibliografia complementar sobre o caudilhismo na região plantina

DEVOTO, Fernando (Comp.). *La historiografía argentina en el siglo XX (I)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Luzes e sombras na construção da nação Argentina: os manuais de História Nacional (1868-1912)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

PINTO, Julio Pimentel. *O caudilhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

O debate sobre a unidade hispano-americana e as propostas bolivarianas

3.1. Simón Bolívar: política

Aula 4 e 5, Texto base:

BELLOTTO, Manoel Lelo & CORREA, Ana Maria Martinez (orgs.).
Simón Bolívar: política. São Paulo: Ática, 1983, p. 9-31.

A- Ideias gerais do texto

Desde o século XIX, a trajetória de Simón Bolívar (1783-1830), protagonista do processo das independências da América Hispânica, inspirou múltiplas interpretações historiográficas e apropriações políticas. Isso porque sua vida tumultuada deixou para a história, além do seu empenho como um dos grandes líderes militares das independências, registros epistolares escritos por ele mesmo e que evidenciam parte das transformações de suas ideias políticas projetadas para os novos estados soberanos, que se formavam na América Latina.

Com base no texto no historiador da Universidade de São Paulo Manuel Bellotto, vamos realizar um balanço crítico da trajetória conturbada de Bolívar, que sonhou com uma grande nação liberal, completamente livre da influência católica e, que aos poucos, foi se afastando do projeto inicial ao enfrentar duras batalhas que desfizeram muitos de seus ideais.

Bolívar nasceu em 1783, em Caracas, atual Venezuela. Órfão desde muito cedo de pai e mãe, ele herdou ricas fazendas onde se cultivavam cacau, milho, algodão, cana-de-açúcar e café. Teve uma formação considerada muito satisfatória para a época, com mestres como Simón Rodríguez, que o introduziu no pensamento ilustrado de Voltaire, Montesquieu e Rousseau.

Viajou para a Europa a fim de complementar seus estudos e se deparou com a realidade política da época, em que as ideias republicanas, monarquistas, liberais e conservadoras eram constantemente discutidas. Isto contribuiu fortemente para se tornar mais simpático à república liberal e desenvolver a consciência clara sobre a necessidade de libertar a América Espanhola da Espanha. Para tanto, conhecia a ânsia de seu meio *criollo*, por ganhar espaço na sociedade, a insatisfação dos negros com relação à escravidão, os abusos do trabalho compulsório indígena e a força do cristianismo na política e na economia colonial. Jurou, na Europa mesmo, o compromisso de contribuir para libertar a América da dominação espanhola e, desse modo, encaminhar para a modernização da região.

É importante dizer que Bolívar fez várias viagens para Europa e percorreu muitas regiões da América, como México, Cuba, Estados Unidos, Haiti e Jamaica, o que deu a ele uma dimensão ampla dos problemas políticos nas independências.



Decidiu efetivamente lutar pela independência da América Colonial Espanhola, em 1810, procurando libertá-la do jugo da monarquia espanhola, que contra-atacava por meio de um exército denominado *realista*.

Ele começou em Caracas, onde participou da deposição do capitão-geral espanhol da Venezuela e estabeleceu uma junta de governo. A ideia inicial



era a defesa da liberdade democrática e republicana, mas logo acreditou que a anarquia vivida na região, após os inícios dos conflitos, geraria um problema de outra natureza, cuja solução seria um poder centralizado, forte e permanente. Isso foi comprovado em seu discurso proferido na Sociedade Patriótica, em 1811.

Segundo Belloto, os exércitos que se formavam na América Hispânica eram compostos com a conclamação dos espanhóis aos índios e negros para que integrassem os efetivos das tropas realistas. A contrapartida dada pela elite *criolla* era garantida pela participação desses setores com a compensação, por exemplo, da abolição da escravidão e o fim do trabalho compulsório indígena. Vale lembrar que revoltas, rebeliões e levantes estavam ocorrendo por toda a América, desde o século anterior. O movimento de Tupac Amaru, em 1791; a Independência Americana, em 1776, e a independência do Haiti, em 1804, são evidências de que as insatisfações contra a metrópole eram de indígenas, negros, republicanos e liberais.

Após a situação na Venezuela ter se estabilizado, Bolívar seguiu adiante e procurou contribuir com a libertação do domínio espanhol de Nova Granada e do Vice-Reinado do Peru, atual Venezuela, Colômbia, Panamá, Equador, Peru e Bolívia. Foi na Colômbia que sua luta foi mais proeminente. No entanto, a imposição de sua autoridade não significou o fim das hostilidades internas, mas sim mais tensão, a ponto de ter que deixar o país, em 1815. Em carta ao presidente das Províncias Unidas de Nova Granada, em 8 de maio de 1815, afirmou:

“O sacrifício do comando, da minha fortuna e da minha glória futura, não me custou esforço algum. [...] Não serei mais general: irei viver longe de meus amigos e de meus compatriotas e não morrerei pela pátria. Mas terei feito um novo serviço contribuindo para a paz com a minha ausência. [...] Pelos meus serviços não peço por recompensas mais do que o esquecimento das minhas faltas.”⁴

Bolívar deixou Nova Granada e foi para a Jamaica, em busca do apoio definitivo dos ingleses. Ele já havia sido enviado para a Inglaterra para solicitar apoio no processo de emancipação da Venezuela, em 1810. A opção por se aliar à Inglaterra foi, na perspectiva de muitos pesquisadores, um indício de que sua promessa de libertar a América da Europa se tornou um projeto cada vez mais distante, uma vez que passou a considerar essencial a ajuda externa inglesa, acompanhada de compromissos políticos e econômicos, que já sinalizavam a dependência econômica vivida historicamente na região.

Ao falar da nação americana, Bolívar tinha em mente a união de várias tendências políticas contra o inimigo do momento, o Império espanhol. Assim, as soluções encontradas por ele, diante dos desafios naquele momento, eram, segundo Bellotto, a união interna de todos americanos, sem hesitações, e o apoio externo de uma grande nação, como a Inglaterra. Certa vez, disse:

Tão logo sejamos fortes, sob os auspícios de uma nação liberal que nos empreste sua proteção, se nos verá concordes em cultivar as virtudes e os talentos que conduzem à glória⁵.

Alguns dias depois, Bolívar embarcou para o Haiti e obteve o apoio do presidente Alexandre Pétion, mediante o compromisso de abolir a escravidão na América Espanhola. Ao mesmo tempo, desejou se aproximar dos Estados Unidos, apesar da rejeição que tinha ao fato da escravidão ter sido mantida nesse país após a independência, bem como da impositiva política externa norte-americana, que logo demonstrou seus interesses imperialistas na América Latina.

⁴ BELLOTTO, Manoel Lelo & CORREA, Ana Maria Martinez (orgs.). *Simón Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983, p. 18.

⁵ BELLOTTO, Manoel Lelo & CORREA, Ana Maria Martinez (orgs.). *Simón Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983, p. 19.

Em geral, Bolívar propunha novas instituições republicanas na América Hispânica, como a ampliação do trabalho livre e a formação de uma unidade americana. No entanto, o desentendimento entre as lideranças americanas o levou a adotar, muitas vezes, uma política autoritária e centralizadora, afastando ou eliminando seus concorrentes e opositores em nome da independência. Decretou, por exemplo, o confisco dos bens de espanhóis, feito também por outros líderes militares, como o argentino José de San Martín, com o intuito de fomentar o erário público dos estados soberanos que se formavam e premiar os participantes da luta pela independência.

Após a conquista da independência na Venezuela, índios e negros se tornaram cidadãos das repúblicas, e Bolívar recebeu já, em 1819, o título de *ditador do país*, por ser considerado um destacado líder militar, que exercia sua função em nome do povo. Vale mencionar sobre o Império espanhol que, após a invasão Napoleônica, em 1807, e a volta do rei Fernando VII ao poder, o país promulgou uma Constituição Liberal, em 1820, o que diminuiu a intensidade da luta espanhola devido à reforma modernizadora ocorrida no país.

Ainda assim, a luta continuou na América. Bolívar liderava o Norte da América do Sul e San Martín o Sul da América do Sul. Eles se encontraram no Peru para lutar contra o maior celeiro da resistência espanhola, formado por um exército de realistas que resistiam em uma região que foi considerada uma das mais ricas e importantes durante o período colonial. A última grande batalha desse processo das independências se deu justamente no Peru, comandada pelo general Sucre, que eternizou a famosa batalha de Ayacucho, em 1825.

Bolívar perseguiu um sonho antigo de manter a América unida. Na Carta Jamaica, em 1815, defendeu a ideia de uma solidariedade americana compatível com o apoio estrangeiro, principalmente inglês. Em 1826, persistiu na ideia ao realizar o Congresso do Panamá, com o objetivo de unir as nações americanas com base em um direito internacional comum e o apoio da Inglaterra. Mas, a despeito de todos os esforços, o Congresso não atingiu os objetivos pretendidos. De acordo com Bellotto,

“os Estados Unidos não se fizeram representar oficialmente, uma vez que o representante designado morreu a caminho, a Inglaterra enviou apenas um observador; Chile, Argentina e Brasil não participaram, estiveram presentes apenas os representantes do México, da Guatemala, do Peru e da Colômbia. Aliás, o Brasil era visto com receio por Bolívar, pois era um sistema monárquico no qual ele abominava, apesar de contraditoriamente aceitar o apoio da monarquia inglesa para a efetivação do processo das independências”⁶.

A questão da monarquia, inicialmente rechaçado por Bolívar, quando iniciou sua luta em prol dos valores republicanos e liberais, foi vista com maior complacência nos seus últimos anos.

Para o autor, após a luta de Ayacucho e o Congresso do Panamá, era possível observar que muitas de suas ideias sobre a organização política da América se aproximavam dos princípios monárquicos. Por exemplo: a defesa, muito frequente, do poder centralizado e forte, com caráter hereditário e vitalício. Isso o vinculava mais às instituições monárquicas do que às republicanas. Veja um trecho da Constituição da Bolívia, elaborada por Bolívar, em 1826, evidenciando um distanciamento com relação às ideais republicanas ao considerar o cargo vitalício e os eleitores apenas uma minoria da população.

Ser boliviano. Ser casado ou ter mais de 21 anos de idade. Saber ler e escrever. Ter algum trabalho ou negócio ou praticar alguma ciência ou arte, sem sujeição a outrem como um emprego doméstico.⁷

6 BELLOTTO, Manoel Lelo & CORREA, Ana Maria Martinez (orgs.). *Simón Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983, p. 26.

7 BELLOTTO, Manoel Lelo & CORREA, Ana Maria Martinez (orgs.). *Simón Bolívar: política*. São

É preciso compreender que desentendimentos, conflitos, injustiças, guerras e frustrações vividas por Bolívar influenciaram a transformação de suas ideias políticas. Dentre elas, o fato de muitas das regiões libertadas da monarquia espanhola caírem nas mãos de pequenos líderes autoritários (os chamados caudilhos), que provocaram longas guerras civis e inviabilizaram a unidade americana. Doente pelos muitos anos de guerra e já profundamente desiludido, Bolívar escreveu, em 1830, ao amigo Estanislao Vergara, afirmando que “não esperava mais salvação para a pátria”. Nesse mesmo ano, morreu, na Colômbia, aquele que é considerado por muitos o grande “libertador da América”.

B- O tema em questão no livro didático

Aprendemos sobre a trajetória política e intelectual de um dos mais importantes líderes das independências da América Hispânica: Simon Bolívar, considerado por muitos o “libertador da América”. Observe e reflita sobre o espaço dado no livro didático pelo historiador Raymundo Campos ao seu papel na América Latina.

O Congresso do Panamá

“Não obstante os esforços dos líderes como Bolívar na América Espanhola independente, fragmentou-se numa série de países denominados pelas grandes famílias *criollas* locais. Essa fragmentação foi decidida no Congresso do Panamá, sendo o resultado de inúmeros fatores, tais como: a reduzida população do continente hispano-americano; a divisão administrativa pelos espanhóis, as diversidades econômicas e os interesses dos Estados Unidos e principalmente da Inglaterra, para quem a divisão facilitaria o domínio dessas pequenas, fracas e jovens nações”.

CAMPOS, Raymundo. *História Geral. Idades Moderna e Contemporânea. Vol. 2. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atual, 1978, p.108.*

Algumas questões para pensar

Como o autor retrata o papel histórico de Simon Bolívar na América Latina? Ele é visto como um herói ou como um líder político sem muito brilho que contribuiu para a fragmentação política da América Hispânica? Cabe afirmar que a fragmentação política da América Hispânica, que levou a formação de diversos países, como a Argentina e o Uruguai, foi decidida em um congresso? O Congresso do Panamá foi feito em prol da fragmentação política americana? Segundo o autor, o número reduzido de hispano-americanos levaria à fragmentação política? Como? A Inglaterra dominou completamente a América Hispânica após as independências?

Algumas observações sobre o texto de Raymundo Campos

Podemos observar como um resumo pode levar a muitos equívocos históricos e esclarecer muito pouco sobre a importância de determinados líderes e acontecimentos. Como visto nos textos do curso, Simón Bolívar lutou pela integração americana e o Congresso do Panamá não determinou a fragmentação política de toda a região. Somado a isso, é importante que se entenda que o domínio inglês era fundamentalmente econômico, não político, cultural ou religioso. Fica claro, aqui, como o papel do professor é essencial no esclarecimento e na problematização dos conteúdos apresentados.

3.2. Bolívar, Bolívares

Texto base:

PRADO, Maria Ligia. *Bolívar, Bolívares*. São Paulo: Folha de São Paulo, 24 de junho de 1983, p.10.

A- Ideias gerais do texto

As transformações das ideias políticas de Simón Bolívar nos deram a dimensão das dificuldades dos libertadores em implementar um projeto, efetivamente, republicano e democrático nas nações recém-independentes da Espanha. Até porque não foi da noite para o dia que a Igreja católica perdeu espaço político, que a república democrática foi aceita com naturalidade e que os negros e índios tiveram plena cidadania. Ainda hoje, esse é um projeto em andamento na América Latina.

Em todos os casos, o significado da trajetória de Bolívar e a simbologia que ela carrega, ao ter lutado e representado um momento fundador da América Hispânica, produziu muitas interpretações sobre suas propostas políticas, bem como significados no imaginário americano: de anti-herói a libertador. Segundo a historiadora Maria Ligia Prado, isso é mais que uma evidência para os historiadores pensarem sobre a necessidade da análise em torno de um tema que tende ser visto com dogmatismo.

Só para se ter uma ideia, Bolívar foi e, ainda é, considerado “caudilho incomparável”, “gênio perfeito”, “perfeito e único representante esporádico e único de sua raça, de todas as raças”, “São Bolívar”, como também um anti-herói, “ditador”, repleto de defeitos. Por exemplo, na biografia escrita pelo espanhol Salvador Madariaga, foi representado como uma figura ambiciosa, qualidade essa pouco adequada a um herói. Diante dessas visões, como recuperar o verdadeiro Bolívar? A historiadora afirma que uma forma é recuperar as leituras feitas sobre ele que servem a certos fins e interesses políticos. Logo, ela descarta a ideia do verdadeiro Bolívar e passa a considerar vários Bolívares presentes na historiografia latino-americana.

O momento decisivo da mitificação da figura de Bolívar foi, em 1842, quando o governo venezuelano levou os seus restos mortais de Santa Marta, na Colômbia, para Caracas, onde nasceu, e construiu um mausoléu o exaltando: “Quem é alto como cedro e forte como a rocha para resistir, dominar e serenar a tormenta (...) Apenas Bolívar”. Esse ato foi indiferente ao fato de Bolívar ter morrido desesperançado no exílio, incompatibilizado com seus adversários. Em uma famosa Carta ao General Flores, em 1830, dizia com amargura resignada:

Vossa Excelência sabe que governei durante vinte anos e deles tirei apenas poucos resultados certos. 1º) a América é ingovernável para nós. 2º) aquele que serve a uma revolução para no mar; 3º) a única coisa que se pode fazer na América é emigrar; 4º) este país caíra infalivelmente nas mãos de pequenos tiranos, de todas as cores e raças; 5º) devorados por todos os crimes e extintos pela ferocidade, os europeus não se dignarão a nos conquistar; 6º) se fosse possível uma parte do mundo voltasse ao caos primitivo, este seria o último período da América.⁸

O fato é que a Venezuela procurava uma imagem glorificadora de Bolívar para a constituição de uma identidade nacional possuidora de um herói libertador. Para Prado, “O herói emerge como o unificador dos contrários, o harmonizador dos conflitos sociais”⁹ Logo, os que retornaram ao seu programa político salientaram apenas a dimensão positiva capaz de transformá-lo em figura de culto, referência

8 BELLOTTO, Manoel Lelo & CORREA, Ana Maria Martinez (orgs.). *Simón Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983, p. 190.

9 PRADO, Maria Ligia. *Bolívar, Bolívares*. São Paulo: Folha de São Paulo, 24 de junho de 1983, p.10.

para todos os venezuelanos.



A forma como Bolívar se transformou em herói o levou a ser comparado, até mesmo, com Jesus Cristo. Em 1883, por ocasião do centenário de seu nascimento, o venezuelano Gúzman o apontou como dotado de qualidades extraordinárias a serviço dos desígnios da providência.

Essa visão impregnada de religiosidade o sacralizava a tal ponto de ser também projetado para além de herói nacional: como um herói latino-americano. A historiografia venezuelana dos anos de 1920 se ocupou em comprovar que ele foi mais importante que o libertador argentino San Martín. Historiadores, como Vallenilla Lanz e Vicente Lecuna, buscaram divulgar, nesse mesmo período, sua vida e obra para várias partes da América.

Ainda hoje, o governo venezuelano de Hugo Chávez cuida de divulgar uma imagem mítica de Bolívar para toda a América Latina, agora como baluarte da democracia e inspirador dos governos em que haja efetiva participação popular. O próprio Chávez elevou o país, por meio da Constituição, à República Bolivariana da Venezuela, criou o Bolívar (a moeda nacional que circula no país) e instituiu a lei do ensino fundamental que obriga a todos a aprenderem sobre Bolívar, como o grande libertador da América.

Em 27 de dezembro de 2002, em um discurso aos trabalhadores da petrolífera venezuelana PDVSA, Chávez disse: “Por isso, filhos de Bolívar como somos (...) à altura dos novos libertadores da Venezuela. Parabéns a todos e todas, e adiante, cada dia mais unidos, cada dia mais firmes, nova liberdade de pátria de Simón Bolívar”¹⁰.

Esse uso político e ideológico de Bolívar coloca de lado as condutas autoritárias do libertador e sua prática política, que com os anos passaram a ser cada vez mais simpática aos princípios da monarquia. Lembrem-se de que a Constituição da Bolívia, em 1826, a qual ajudou a formular, ele propunha a presidência vitalícia para o país, pois, segundo ele, “com essa providência se evitam as eleições, que produzem grandes reveses nas repúblicas, a anarquia que é o luxo da tirania e o perigo mais imediato e mais terrível dos governos populares”. Como menciona a autora, na “Carta Jamaica” de 1815, ele dizia que na Venezuela, após a independência, pelas suas tensões políticas, era clara a “ineficácia do modelo democrático e liberal”.

Como contraponto dessa tendência, o escritor colombiano Gabriel García Marquez¹¹, ganhador do Nobel de Literatura, lançou um romance, nos anos de 1980, intitulado *O General em seu labirinto*, no qual narrava os últimos dias da vida de Bolívar, seus tormentos, suas doenças, amarguras e decepções, que poderiam ser associadas à própria América Latina, perdida em suas frustrações, injustiças e misérias, mas próxima do labirinto do que da trajetória em linha reta que caracteriza os gloriosos.

É muito presente, nessa visão, a ideia de que o libertador de fato não libertou ninguém, pois as oligarquias *criollas* tomaram o poder e marginalizaram o povo. Vale dizer, como lembra a autora, que, na Colômbia, Bolívar é visto com reservas, geralmente como um expoente do conservadorismo, contrastando com o grande herói dos colombianos, Santander, admirado, fundamentalmente, pelos liberais. Assim, é possível notar como são muitos os Bolívares construídos pela historiografia, ao longo da história latino-americana.

Como o Brasil caminhou regido por um modelo eurocêntrico, de um modo ou de outro, ele virou as costas para a América Hispânica e, portanto, nunca assumiu Bolívar como um herói. Apesar de tudo isso, a proposta de unidade

¹⁰ www.historiaviva.com.br

¹¹ Ver: GARCÍA MARQUEZ, Gabriel. *O general em seu labirinto*. São Paulo: Record, 2000.

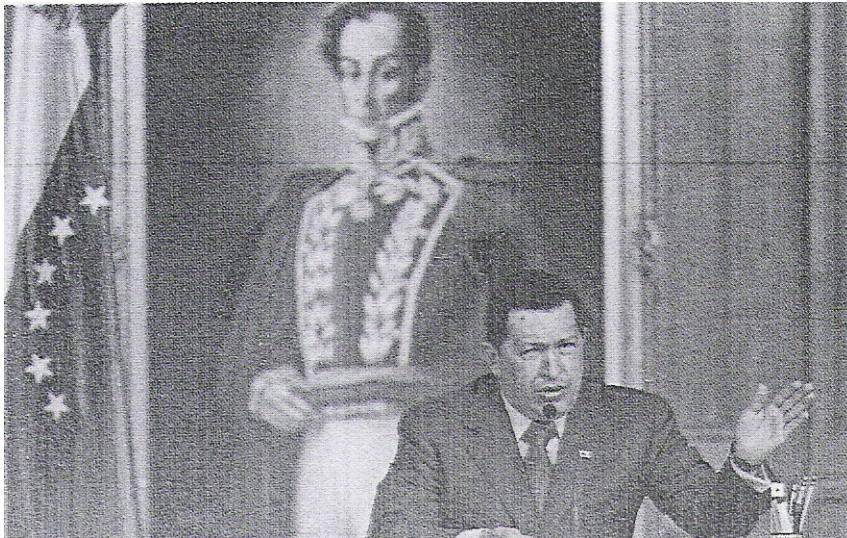
latino-americana, inicialmente defendida por Bolívar, tende a permanecer no imaginário social e na prática política da região por meio, muitas vezes, da busca por camuflar os conflitos internos, as oposições e os conflitos de interesse. As diferenças são, desse modo, diluídas em prol da unidade latino-americana, vistas em projetos, como o Mercosul, o Pacto Andino, a Aliança Bolivariana da América Latina (ALBA).

Por fim, ao abordarmos a figura de um herói como Bolívar, nós, como historiadores, devemos considerar, tal como Prado, a opção por identificar as múltiplas leituras sobre ele para não perdermos de vista a percepção crítica sobre os sentidos da história.

B- O tema em questão no livro didático

Na abertura do capítulo *A independência das Américas inglesa e espanhola*, do livro da historiadora Patrícia Braick, publicado em 2010, há uma foto do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, acompanhada de uma pequena legenda. Observe:

Hugo Chávez discursa em cerimônia no Palácio de Miraflores, na Venezuela. Foto de 2010. A política do então presidente venezuelano é vista como autoritária por parte da opinião pública e da imprensa mundial.



BRAICK, Patrícia Ramos & MOTA, Myriam Brecho. *História das Cavernas ao terceiro milênio*. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2010, p.187.

Algumas questões para pensar

O que é possível pensar dessa imagem? Como associar os debates do curso com a cena acima, em que o presidente da Venezuela aparece discursando, tendo Simon Bolívar como pano de fundo? Como tratar esse tema da política atual? Bolívar é de fato um herói inquestionável? Ou Chávez inventou uma versão gloriosa de Bolívar, da qual ele se utiliza para legitimar o seu poder? A foto aparece apenas com a legenda acima. Desse modo, é possível concluir que tanto Bolívar quanto Chávez são representações do autoritarismo na América Latina? Ou essa é, após as nossas leituras, apenas uma forma de difundir o preconceito e a ignorância que temos sobre a América Latina?

Algumas observações sobre a foto no livro didático

Fica claro, aqui, que a leitura adequada do professor acerca da imagem depende de sua boa formação, ou seja, a capacidade que terá de dizer sobre a construção do mito bolivariano, sobre a política populista do Chávez ou sobre os equívocos recorrentes em pensar no Brasil a América Latina depende da capacidade de o professor ler uma bibliografia crítica pertinente ao tema e



mostrar aos alunos que a imagem acompanhada da legenda não é detentora de uma verdade única.

Bibliografia complementar sobre Simón Bolívar

DORATIOTO, Francisco. *Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FEDRIGO, Fabiana. *Guerras e escritas – a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)*. São Paulo: UNESP, 2010.

MARICHAL, Juan. El designo constitucional: de Moreno a Bolívar. In: *Cuatro fases de la historia intelectual latinoamericana*. Madrid: Cátedra, 1978.

PÉREZ FLORES, Fidel; KFURI, Regina. Aliança Bolivariana ou integração como projeto anti-hegemônico. In: VADELL, Javier A.; LAS CASAS CAMPOS, Taiane (org.). *Os novos rumos do regionalismo e as alternativas políticas na América do Sul*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.

ROMERO, José Luis. *Pensamiento político de la Emancipación (179-1825)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985. 2 vol.

A questão da(s) Identidade(s) Latino-americana(s)

Aula 6, Texto base:

ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo. Edusp, 1991, p. 15-36 ("Prefácio", "Introdução" e "Conclusão").

A- Ideias gerais do texto

O livro do sociólogo francês Alain Rouquié, *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*, publicado originalmente nos anos de 1980, contribui para problematizarmos a ideia de América Latina e como ela foi sendo compreendida como contraponto a determinada interpretação construída sobre os Estados Unidos. A América Latina, segundo discutivelmente afirma, é, "desde Colombo, o continente dos mal-entendidos. O almirante procurava o caminho das Índias, descobriu os índios, isto é, o Novo Mundo"¹². De modo que a primeira pergunta que se coloca é: o que é a América Latina?

A resposta é plural, uma vez que trata de uma região geográfica, localizada no continente americano, especificamente ao sul do rio Bravo, que engloba florestas, como a da Amazônia; ilhas no Caribe; desertos, como os do Atacama, no Chile; planícies, como as dos pampas, enfim, uma natureza profundamente exuberante e diversificada.

Somado a isso, a região abarca tradições múltiplas, como as indígenas, africanas, europeias e asiáticas, que produziram composições diferenciadas, tanto cultural quanto socialmente. Por exemplo, na Bolívia há uma população predominantemente de indígenas; na Argentina, a maioria é de origem europeia; no Caribe, de afrodescendentes, que falam, além do espanhol e do português, outros idiomas e dialetos, como quéchua, francês, lundu, holandês, etc.

Para Rouquié, a América Latina poderia ser considerada um "extremo-ocidente", ou seja, uma região em que o projeto civilizador europeu venceu, mas teve que se adaptar a outros referenciais sociais advindos de outras culturas, que deram a ela um colorido único, um desafio único: o de conciliar as tradições com a modernidade.

É preciso compreender que a palavra *América Latina* surgiu em meados do século XIX, pela iniciativa da França de Napoleão III, apoiada por alguns intelectuais hispano-americanos empenhados em forjarem uma nova identidade para esse território recém-independente, composto por características distintas às dos norte-americanos.

No entanto, na época em que foi criado, o conceito de América Latina não se tornou popular. Isso porque a maioria dos intelectuais e dos políticos se identificava mais com o conceito de América Indígena, quando pensavam, por exemplo, nos Andes, ou Afro-América quando pensavam no Caribe, ou, com mais frequência, em América Ibérica, quando se recordava do peso da colonização católica portuguesa e espanhola.



Foi apenas no século XX, mais precisamente em 1948, com a formação da

12
p. 15.

ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo. Edusp, 1991,



Comissão Econômica para a América Latina pela Organização das Nações Unidas (Cepal), que o termo ganhou maior visibilidade e passou a ser fundamentalmente utilizado para se referir a uma região diametralmente oposta aos Estados Unidos, do ponto de vista cultural. Como afirma o mesmo Rouquié, “a América Latina existe, mas apenas por oposição e de fora. O que significa que os ‘latino-americanos’, como categoria, não representam nenhuma realidade tangível, além de vagas extrapolações e generalizações inconsistentes.”¹³ Logo, a ideia que se coloca é que a identidade precisa da diferença para existir, e essa diferença é um elemento variável e de difícil precisão.

Rouquié aponta ainda algumas características históricas dos países considerados latino-americanos. Dentre elas, as independências realizadas com o apoio econômico da Inglaterra, no século XIX, e a dependência financeira criada pelo imperialismo norte-americano na região, principalmente a partir do século XX. Do ponto de vista estrutural, a América Latina é vista, segundo a sua análise, produzida nos anos de 1980, como uma região de industrialização tardia, grande concentração da propriedade da terra, em que poucos países, como o México (1910), foram capazes de fazer a reforma agrária.

As consequências são nessa direção: grandes contrastes econômicos, geográficos e culturais, geradores de tantos conflitos sociais, a ponto de tornar a região associada à ideia de Terceiro Mundo - termo esse complicado. Isso porque, muitas vezes, estende-se a noção de “terceiro mundo” para outras esferas sociais e culturais, o que é um grande equívoco, pois não se pode pensar que o poder econômico gere uma cultura superior.

Vale dizer que os esforços de Rouquié em construir paralelismo entre os diversos países latino-americanos não é fruto apenas de um esforço sociológico de reconhecer as dificuldades existentes na região, mas sim de políticas governamentais desses próprios países que, desde as independências, se esforçaram para reconhecerem suas semelhanças históricas e se uniram contra as ameaças externas, fossem elas inglesas ou norte-americanas. O próprio libertador Simón Bolívar, como vimos, já sinalizava para a necessidade da América unida. Observe, nessa direção, a citação de Rouquié sobre a América Latina:

“Se a existência de uma América Latina é problemática, se a diversidade das sociedades e das economias se impõe, se a delimitação das diferentes nações é um dado básico de seu funcionamento, não deixa de ser verdade que uma relativa unidade de destino, mais sofrida que escolhida, aproxima ‘as repúblicas irmãs’. Ela é legível nas grandes fases da história, perceptível na identidade dos problemas e das situações que enfrentam atualmente essas nações.”¹⁴

Uma questão fundamental que devemos considerar é a relação da própria América Latina com os Estados Unidos e quanto essa relação, muitas vezes conflituosa e negativa, serviu para o fortalecimento dos laços identitários entre os latino-americanos, uma vez que sabemos que as identidades se constroem por oposição à diferença.

Em 1823, os Estados Unidos, recém-independente, implementou a Doutrina Monroe, em que pretendia proteger toda a América da influência europeia, por meio do slogan a “*América para os americanos*”. A questão é que essa proteção ocorria de acordo com os interesses dos próprios norte-americanos, que se viam como predestinados a conquistarem o mundo. Isso não teve tanto impacto na América Latina, na primeira metade do XIX. Apenas quando os Estados Unidos ganhou a guerra contra o México, em 1948, e apoiou a independência de Cuba

¹³ ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo. Edusp, 1991, p. 24.

¹⁴ ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo. Edusp, 1991, p. 26.

e Porto Rico, em 1898, que as elites políticas e intelectuais latino-americanas começaram a associar a ingerência dos Estados Unidos na América Latina como uma ação imperialista, a ponto de o ditador mexicano Porfírio Díaz afirmar, ao final do século XIX, que o México estava esta tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos.

Países, como Nicarágua, Guatemala, República Dominicana, El Salvador, Haiti e Granada, foram invadidos pelos Estados Unidos durante a primeira metade do século XX, quando o governo norte-americano adotou a política intolerante do *Big Stick* ("grande porrete"). Após a crise de 1929, Roosevelt mudou de tática e adotou a política da "Boa Vizinhança" para negociar com a maior parte dos países que exerciam uma filosofia política nacionalista e protecionista na América Latina.

Mas, logo após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se tornou a grande potência econômica e, em nome da luta contra os comunistas, apoiou diversos golpes militares na América Latina, promoveu o embargo econômico contra Cuba após a revolução, invadiu a Nicarágua sandinista, realizou acordos econômicos desleais. Enfim, levou a esquerda latino-americana a ter uma visão extremamente negativa sobre eles, ao responsabilizá-los por muitas das mazelas sociais ocorridas na região.

Com o fim da Guerra Fria, nada mudou. O Consenso de Washington, realizado no final dos anos de 1980, orientou impositivamente uma série de medidas econômicas para a América Latina. Dentre elas, a liberalização econômica, a diminuição do papel do Estado e a privatização das empresas públicas, o que teve como efeito o aumento do desemprego, da crise econômica e dos conflitos sociais. Nos últimos anos, com os governos de esquerda (Lula, no Brasil; Bachelet, no Chile; Kirchner, na Argentina; Evo Morales, na Bolívia; Chavez, na Venezuela), procurou-se amenizar certas desigualdades sociais produzidas nos períodos anteriores.

Em todos os casos, é necessário reforçar que a América Latina é uma realidade geográfica, política, cultural e social, que abarca múltiplas identidades, e que, quando pensada em conjunto, representa, como nas palavras de Rouquié, um "lugar verdadeiramente ambíguo"¹⁵ e marcado pela histórica oposição cultural em relação aos Estados Unidos, vistos como pragmáticos, protestantes, utilitaristas, ignorantes, imperialistas, etc. Para finalizar, é preciso lembrar que a intensificação do processo de globalização reconfigurou essas visões maniqueístas e colocou em evidência a fragilidade de certos estereótipos, tanto sobre a ideia de América Latina quanto a de Estados Unidos.

B- O tema em questão no livro didático

Vimos a complexidade do termo América Latina. Agora, observe a explicação sobre esse tema apresentada pelas autoras Patrícia Braick e Myriam Brecho, no livro didático, publicado em 2010.

¹⁵ ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo. Edusp, 1991, p. 25.

América Latina?

“A expressão América Latina já existia quando José Martí escreveu a obra *Nossa América*, mas não era usada com o sentido que lhe damos hoje. Na prática, não havia uma expressão que reunisse as várias experiências históricas e realidades nacionais da América hispânica (o Brasil, para Martí, ficava de fora). Também por isso, é tão interessante o conceito de “Nossa América”: por ser uma espécie de precursor do conceito de América Latina, inclusive no caráter de diferenciação e de afastamento em relação à “América” (que, desde o século XVIII, se associava aos Estados Unidos.)”

BRAICK, Patricia Ramos & MOTA, Myriam Brecho. *História das Cavernas ao terceiro milênio. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2010, p.313.*

Algumas questões para pensar

Qual é o sentido que damos à ideia de *América Latina*? Qual era o seu sentido original? A ideia de América Latina excluía o Brasil? Como pensar o Brasil na América Latina? Porque era interessante separar a identidade latino-americana da norte-americana? Quem foi José Martí? Diante da leitura do trecho, o que é a “Nossa América”?

Algumas observações sobre o texto “América Latina?”

Este trecho vem acompanhado no livro da explicação de que o cubano José Martí (1853-1895) foi o grande protagonista da independência de Cuba, ocorrida em 1898, por lutar tanto pela autonomia da ilha com relação à **Espanha**, quanto em relação ao expansionismo norte-americano. Chegou a propor, em seu livro “Nossa América”, a ideia de que a América Latina deveria se unir contra as influências externas.

As autoras desse livro didático tiveram o intuito de mostrar que a ideia que temos hoje de América Latina **não era a mesma** de quando esse conceito foi formulado. Em todos os casos, ele foi desenvolvido e popularizado bastante vinculado à ideia de que não somos iguais aos Estados Unidos por conta de nossas especificidades culturais, políticas, religiosas e sociais. Mas o sentido do termo América Latina em oposição aos Estados Unidos no mundo globalizado não teria mudado, uma vez que as identidades são consideradas cada vez mais plurais, transitáveis, relativas e ambíguas?

Bibliografia complementar sobre as identidades latino-americanas

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. SP: UNESP, 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e na Hispanoamérica. *Revista de História*, SP: UNESP, v. 22, 2003, p. 35-58.

FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de “Latin América” nos Estados Unidos*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. *Revista USP*, n. 26, São Paulo, jun.-ago., 1995.

A Igreja católica, reformas liberais e lutas camponesas no século XIX

5.1. Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX

Aula 7 e 8, Texto base:

SOARES, Gabriela Pellegrino e COLOMBO, Sylvia. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 73-118.

A- Ideais gerais do texto

Como estamos estudando os processos das independências na América Latina e seus desdobramentos políticos e sociais, optei por tratar do caso mexicano, uma vez que ele representa certas particularidades bastante instigantes para pensarmos as complexidades das relações de poder estabelecidas, ao longo do século XIX, entre Igreja, Estado, elite e povo. Para tanto, vamos nos basear no texto da professora de História da USP Gabriela Pellegrino.

A historiadora faz uma longa volta ao passado. Começa o seu texto falando das origens do México, com o intuito de dar-nos a consciência de que muitas das questões vividas durante o século XIX, como as lutas em torno das terras comunais indígenas, remontam à conquista da América e, até mesmo, ao período pré-colombiano, quando os indígenas guerreavam pelo domínio de seus territórios.

A busca pela emancipação política durante o período colonial adquiriu no México um caráter particular, principalmente por ter sido um processo que contou com a ajuda de setores populares desejosos de uma transformação socioeconômica.



Os padres Hidalgo e Morelos, por exemplo, que lutaram como protagonistas na independência mexicana, em 1810, defenderam a distribuição das terras entre os mais pobres. Por sua vez, as classes dominantes da época, constituídas fundamentalmente pela elite *criolla* e pelo alto clero, com medo dos movimentos populares, tomaram as rédeas da luta contra a Espanha.

Assim, em 1821, o “Plano de Iguala” definiu a independência do México sob a égide de um governo monárquico e católico; ou seja, não foram os republicanos com suas ideias liberais que, em um primeiro momento, governaram o México, muito menos o povo, mas sim Iturbide - general que se autoproclamou rei do país. Este, logo em seguida, foi derrubado por Antonio Santana, caudilho que ficou conhecido por instituir o governo republicano de maneira autoritária e perder mais da metade do território mexicano na guerra travada contra os Estados Unidos, em 1948.

Após esse período, os que conseguiram ocupar a cena política, no século XIX, foram, em grande medida, os liberais. Os conservadores até chegaram a reagir fortemente iniciando uma guerra civil nos anos de 1860 e, quatro anos depois, conseguiram colocar no poder um rei austríaco, Maximiliano, cujo governo foi simpático a certas ideias liberais. Mas ele não agradou aos conservadores, e muito menos aos liberais. Em 1867, Maximiliano foi fuzilado pelos liberais, que



voltaram ao poder.

É importante dizer que essas convulsões políticas comprometeram por longos anos a mineração, a agricultura e as estradas, levando a problemas econômicos e ao isolamento de muitas regiões do país. Com efeito, as lutas entre liberais e conservadores pelo poder do Estado eram também as lutas de republicanos a favor da modernização econômica contra monarquistas, católicos e grandes proprietários de terra.

A questão indígena permaneceu marginalizada tanto pelos conservadores quanto pelos liberais. No caso dos liberais, este era um assunto a ser superado em nome da civilização. Assim, consideravam a ideia de desapropriar as terras comunais indígenas para comercializarem-nas de acordo com interesses individuais. O Estado, para os liberais, deveria garantir a posse da propriedade privada e o direito à liberdade do indivíduo.

Quando o liberal Benito Juárez tomou o poder, ele iniciou a partir de 1850 uma série de reformas com as leis Juárez (1855) e Lerdo (1856), que atingiram fundamentalmente a Igreja e os indígenas, quando desapropriaram suas terras, tornando-as mercadorias vendáveis.

A visão dos liberais era a de que tanto a instituição eclesiástica quanto as práticas tradicionais indígenas comprometiam a modernização política e o progresso econômico da nação recém-independente. É possível imaginar que a reforma liberal tenha fomentado grande turbulência política, gerado muitas injustiças e revoltas de conservadores e de indígenas. Muitos desses indígenas, inclusive, não conseguiam comprar suas próprias terras, que acabavam em mãos de grandes latifundiários, e vivendo com dívidas e por meio de trabalho compulsório. Mesmo quando os indígenas adquiriam o direito a sua própria terra, muitos deles logo a perdiam, pois não sabiam como administrá-la sob a égide do capitalismo. No entanto, o grande alvo dos liberais era, segundo a historiadora, a Igreja católica, detentora de grande poder econômico e de uma parcela expressiva das terras mexicanas.

O projeto liberal desejou, assim, crescimento econômico por meio de investimentos estrangeiros, maior circulação de mercadorias, desenvolvimento industrial e crescimento da mineração, ignorando as questões sociais latentes. Esse foi o cerne de inúmeros e diversos movimentos sociais de camponeses e indígenas ocorridos no século XIX, mobilizados pela violência, corrupção, opressão e injustiça dessas transformações, que resultariam, mais tarde, na Revolução Mexicana de 1910.

Dada a importância desses movimentos sociais, a historiadora cita alguns deles, como aquele apoiado por intelectuais mexicanos, ocorrido em 1868, liderado pelo intelectual Júlio Lopez. Duramente reprimido por fazendeiros e pelo exército, na região do Chalco e Texcoco, o movimento se destacou pela exigência dos indígenas em fazer com que os grandes proprietários de terra da região as repartissem. Curiosamente, houve casos em que o exército, contratado pelo Estado para reprimir, se unia aos próprios camponeses, sensibilizado com sua causa.

É preciso entender, por exemplo, que a terra para os indígenas era utilizada desde os tempos pré-colombianos para a subsistência; era vista como sagrada e trabalhada de forma coletiva, não sendo, assim, passível de ser comercializada.



Os indígenas e mestiços tinham constituído formas de comercialização eficientes, mas nada comparado com a radicalidade imposta pelos liberais em relação à necessidade de modernização, que gerou movimentos sociais e políticos com características também radicais.

Isso ocorreu principalmente a partir do governo de Porfírio Díaz (1876-1910), no qual a violência da modernização se intensificou gerando uma crescente

desaprovação de diversos setores da sociedade, que recebiam, em sua maioria, salários miseráveis afetando seriamente a população rural e trabalhadores urbanos. Como afirma Gabriela Pellegrino,

“o Estado não se preocupou em fazer nenhuma concessão para atenuar o aumento das contradições sociais. Não havia legislação em defesa dos trabalhadores, não se impunha limites à ação predatória da iniciativa privada, não se controlavam as usurpações de terras, enfim, nada que pudesse conter a revolta de uma massa faminta, além da repressão.”¹⁶

Contudo, o Estado Liberal do governo de Porfírio Díaz (1884-1911) procurou promover a modernização mexicana desapropriando as terras comunais indígenas, destituindo a Igreja católica de suas propriedades e de sua importância na organização da vida social, abrindo a economia para investimentos externos e estimulando a indústria. Tudo isso teve como consequência a não identificação da sociedade com o novo Estado excludente, autoritário, desigual economicamente, corrupto e insensível às tradições. Essa dimensão da história mexicana explica muitos os elementos constituintes da Revolução Mexicana de 1910, que veremos mais adiante.

5.2. Revolução Mexicana

Texto base:

FUENTES, Carlos. “Terra e liberdade”. In: *O Espelho Enterrado – Reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 299-309.

A- Ideias gerais do texto

Continuamos a tratar dos conflitos históricos do México no século XIX, agora, dando ênfase a um de seus mais dramáticos efeitos: a Revolução Mexicana, de 1910 - considerada o primeiro grande movimento social da América Latina no século XX, ao culminar com a morte de mais de um milhão de pessoas que reagiram, de uma forma ou de outra, ao governo ditatorial de Porfírio Díaz (1876-1911).

Como vimos, Díaz acirrou as tensões sociais no país, no final do século XIX, ao governar por quase trinta anos de maneira arbitrária, agir de forma corrupta, abrir o país para investimentos estrangeiros, concentrar renda, desapropriar terras indígenas e minimizar o poder da Igreja católica, produzindo, com isso, insatisfações e revoltas. O texto base que nos orienta para a compreensão do processo revolucionário mexicano é *Terra e Liberdade*, escrito pelo mexicano Carlos Fuentes, já conhecido de vocês.

Vale dizer que a Revolução Mexicana 1910-1920 levou a uma série de interpretações historiográficas e mobilizou inúmeras paixões ideológicas, tornando-se um tema de difícil penetração ao se constituir como um momento fundador da nacionalidade do país.



De todo modo, antes de entrarmos nas ideias de Fuentes, gostaria de apresentar de maneira sucinta a versão do historiador mexicano Arnaldo Córdoba. Ele avalia que a Revolução Mexicana foi um impulso, uma “revolução sem ideias”, ou melhor, uma revolução movida por diversas demandas sociais, alimentada por diversas ideologias. Por exemplo, a dos indígenas, dos católicos, dos liberais democratas, dos anarquistas e dos socialistas, o que culminou com

¹⁶ SOARES, Gabriela Pellegrino e COLOMBO, Sylvia. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 113.



milhares de mortos, bem como com a destruição do Estado liberal vigente, então governado pela ditadura de Porfírio Díaz.

Essa interpretação evidencia que a Revolução não tinha um objetivo ou causa única, mas sim diversos objetivos e causas, ocasionando uma guerra civil que perdurou por cerca de dez anos e em conquistas sociais ainda hoje vigentes.

Para Carlos Fuentes, a Revolução Mexicana foi composta, especificamente, de duas revoluções: uma de cunho popular encabeçada por líderes populares (Por exemplo, Pancho Villa e Emiliano Zapata), cuja bandeira era a justiça social baseada na liderança local. Havia outra revolução de intelectuais, profissionais liberais, fazendeiros e comerciantes, que desejavam um México moderno, democrático e progressista.

Como sabemos, o Estado liberal do governo de Porfírio Díaz, que antecedeu à revolução, não incluiu nem a justiça social e nem a democracia; apenas desenvolveu a economia e modernizou alguns setores do país, favorecendo as elites, principalmente, as estrangeiras. O camponês, em sua maioria analfabeto e desprovido de terras, ou se endividava no campo nas mãos de grandes proprietários ou ia à cidade em busca de trabalho indigno.

Segue as indagações que nos coloca Carlos Fuentes: Como implementar a modernidade sem ferir as tradições culturais? Era possível encontrar, nessa sociedade, um equilíbrio entre prosperidade, democracia e cultura?

Não no governo de Porfírio Díaz, que era administrado por políticos senis, seguidores do cientificismo do filósofo francês Augusto Comte (1798-1857) e comprometidos com um México moderno. Para tanto, eram capazes de passar por cima das tradições indígenas e católicas, bem como das possibilidades democráticas.

Em 1910, quando o povo já estava impaciente diante de tantas injustiças, Díaz realizou novas eleições e eis que surgiu, na cena política, um advogado e proprietário de terras, Francisco Madero, levantando a bandeira da democracia ao escrever um livro incendiário, *La sucesión presidencial em 1910*. Do Sul do México chegou à capital Emiliano Díaz Zapata, defensor das terras comunais indígenas. Do Norte veio Pancho Villa, líder popular que aderiu à luta contra a ditadura de Porfírio Díaz, reunindo um exército de vaqueiros e artesãos.

Quando Madero questionou a reeleição de Díaz, ele foi encarcerado e o ditador se elegeu, como de costume. No entanto, a revolução popular já havia estourado e Madero havia se tornado um herói. Díaz foi obrigado a se exilar na Europa. Madero fugiu da prisão e conseguiu voltar à capital, com o apoio do povo, alcançando, assim, a presidência da República, com o intuito de dar ao país a experiência democrática extirpada - imprensa livre, congresso independente, liberdade civil, etc. Não obstante, isso era pouco diante do descontentamento popular, no qual se ansiava com urgência por justiça social.

Segundo Fuentes, grupos de camponeses começaram a invadir as terras e os povoados, contribuindo para um movimento de guerra civil. Muitos, como Zapata, acreditaram que Madero havia sido um traidor, pela morosidade de suas reformas políticas de cunho democrático. O general de seu exército, Huerta, o traiu, assassinando-o a sangue frio, em 1913, bem como assumindo a presidência. A revolta popular foi ainda mais intensa: rebeldes, como Zapata e Pancho Villa, se uniram a Venustiano Carranza, representante das classes médias e das altas províncias, para a derrubada de Huerta, em 1914. As duas revoluções caminhavam agora juntas: a primeira, em busca de justiça social com reforma agrária; a outra, em busca da modernidade democrática e da centralização política do país.

Desse modo, é possível compreender que essas revoluções eram também guiadas por um choque, de interesses divergentes. Isso explica a violência política que se estabeleceu a partir de então. Carranza, por exemplo, foi desalojado da Cidade do México por combatentes, antes aliados e agora inimigos: Villa e Zapata, defensores da reforma agrária e de uma política que descentralizasse o

poder. Governaram entre 1914 e 1915, realizando o sonho de muitos indígenas e camponeses que tiveram suas terras usurpadas por meio de injustiças históricas.

Porém, havia outra força política revolucionária no país, liderada por Carranza e Obregón, confiantes em que a modernização política e a justiça social só aconteceriam com a centralização do poder. Nessa crença, mataram Villa, em 1915, e Zapata, em 1919. Esse último episódio foi tão marcante no imaginário social mexicano, que muitos duvidaram da sua morte. Ainda hoje, o imaginário popular mexicano acredita que a causa indígena vive sob a bandeira do Zapatismo, do “Viva Zapata!”.

Devido às divergências ideológicas e a violência política, a revolução matou os seus próprios filhos. Em 1920, Carranza foi misteriosamente assassinado. No entanto, em meio a guerra civil, Obregón conseguiu colocar em prática boa parte das demandas revolucionárias, com a formulação da Constituição de 1917, dando ênfase aos direitos trabalhistas, educacionais, à reforma agrária e ao direito as terras comunais indígenas, sob a égide de um governo centralizador e defensor da modernização econômica. Feito este impensável em muitos países latino-americanos no início do século XX, que desconsideravam por completo tanto a reforma agrária quanto a questão indígena. A Argentina é um exemplo nessa direção.

Vale acrescentar que a Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos foi promulgada em 5 de fevereiro de 1917 e é considerada uma doutrina anarcossindicalista, influenciada pelos movimentos políticos ocorridos na Rússia, Espanha e Itália. A linha-mestra do texto constitucional foi a proibição de reeleição do presidente da República (Porfírio Díaz havia governado mediante reeleições sucessivas, entre 1876 e 1911), a garantia para as liberdades individuais e políticas, sistematicamente negadas a todos os opositores do presidente-ditador, a quebra do poderio da Igreja católica, a expansão do sistema de educação pública, a reforma agrária e a proteção do trabalho assalariado.

Segundo o historiador Fabio Konder Comparato, o que importa é pensar que a Revolução Mexicana foi a primeira a estabelecer a desmercantilização do trabalho, própria do sistema capitalista, ou seja, a proibição de equipará-lo a uma mercadoria qualquer, sujeita à lei da oferta e da procura no mercado. Foi uma tentativa de dar uma dimensão social aos direitos humanos ao limitar a jornada de trabalho, o desemprego, e dar proteção à maternidade, a idade mínima de admissão dos trabalhos industriais e o trabalho noturno dos menores na indústria.

É preciso imaginar que, apesar dessa conquista institucional, durante dez anos, o país ficou completamente desestruturado, econômica e socialmente. Foi preciso não só promulgar uma nova constituição, tal qual a de 1917, bem como pacificar a nação e reerguê-la sob novos alicerces identitários.

O programa nacional de educação, realizado pelo escritor José Vasconcelos, então ministro da Educação, visava acabar com o analfabetismo de cerca de 90% da população, enviando professores para os quatro cantos do país.

Os projetos culturais, como as pinturas dos muralistas mexicanos (Diego Rivera, Orozco, etc.), procuravam narrar, por meio de gigantescas imagens pintadas em edifícios públicos, a história do país para os próprios mexicanos: ensinar, com orgulho, que o México era constituído de indígenas, espanhóis e mestiços.



Essa ideia estava muito distante das visões das elites do século XIX, que viam com vergonha e como sinônimo de atraso as tradições indígenas do país.

Nessa direção, como afirma Carlos Fuentes, a revolução mexicana foi, embora dramática, um abraço em que os mexicanos finalmente souberam como falavam, cantavam, comiam e bebiam, sonhavam e amavam, choravam e lutavam. Em suas palavras, conclui

“essa nação conflituosa descobriu então todos os estratos de sua riquíssima cultura, lutou corpo a corpo com todas as contradições herdadas e assinalou a aparição de uma nova sociedade hispano-americana, moderna apenas se primeiro fosse capaz de tomar consciência de si mesma, sem excluir nenhum aspecto da sua cultura.”¹⁷

Ou seja, para Fuentes, a Revolução produziu uma nova identidade mexicana capaz de reconhecer a contribuição indígena e a necessidade de modernização econômica e de efetivação de uma política democrática. Muitas dessas conquistas vigoram ainda hoje; outras tantas se perderam ao longo dos séculos XX e XXI. Ainda assim, o país se volta sempre para esse momento revolucionário no qual a nação mexicana se reconheceu em uma identidade plural.

B- O tema em questão no livro didático

Observe a narrativa do historiador Raymundo Campos sobre a Revolução Mexicana de 1910.

A Revolução Mexicana

“Logo depois de ter liquidado o império estabelecido por Napoleão III, o México passou por uma fase de intensas lutas internas, a partir das quais se estabeleceu, em 1877, a ditadura de Porfírio Díaz (o “Porfiriato”) que haveria de durar até 1911. Durante este período acentuou-se ainda mais a concentração da propriedade da terra pela exploração sistemática dos camponeses indígenas, ao lado de uma intensa penetração de capitais ingleses e americanos, que praticamente não beneficiaram a economia mexicana.

Em 1911, a revolução começava pela derrubada de Porfírio Díaz. Logo de início, a luta foi realizada principalmente por camponeses que reivindicavam uma reforma agrária, à frente dos quais encontramos heróis populares como Pancho Villa e Emiliano Zapata. A revolução também se caracterizaria pelo seu caráter fortemente anti-imperialista, realizando já em 1914 as primeiras nacionalizações de empresas petrolíferas americanas, fato que provocou a intervenção armada dos Estados Unidos.

Continuando, com avanços e recuos, a Revolução Mexicana teve o seu grande momento durante o governo de Lázaro Cárdenas, iniciando em 1933, quando foram realizadas as seguintes reformas: grande quantidade de terras foi distribuída aos índios; o poder do clero foi sensivelmente diminuído; processou-se a nacionalização das estradas de ferro e uma luta intensa foi travada contra as empresas petrolíferas estrangeiras que, em março de 1938, tiveram bens nacionalizados no valor de 400 milhões de dólares”.

CAMPOS, Raymundo. *História Geral. Idades Moderna e Contemporânea. Vol. 2. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atual, 1978, p. 196.*

Algumas questões para pensar

Como o autor narra os elementos que ocasionaram a Revolução Mexicana? Os desdobramentos desse processo são compreendidos por ele de que forma? A leitura desse texto nos permite entender que os motivos que levaram a Revolução Mexicana foram múltiplos? O texto mostra claramente o caráter popular da Revolução Mexicana? O texto sinaliza para o fato de que a conquista da reforma agrária esteve relacionada às demandas indígenas pelo uso comunal das terras?

17 FUENTES, Carlos. “Terra e liberdade”. In: *O Espelho Enterrado – Reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 309.

Algumas observações sobre o texto *A Revolução Mexicana*, de Raymundo Campos

Sabemos que não é possível cobrar do livro didático explicações muito apuradas sobre determinado tema. No entanto, devemos estar atentos para os pontos cegos do texto que impedem os alunos de compreenderem melhor o processo histórico. Nesse caso do texto sobre a Revolução Mexicana, **não fica clara** a diversidade de interesses e insatisfações vividas naquela sociedade antes do processo revolucionário ser deflagrado. Outro ponto a considerar, é que muitos daqueles considerados camponeses eram indígenas e lutavam pela terra, **não** para que ela fosse usada como propriedade capitalista, e sim para que fosse usufruída como um espaço comunal, sagrado, em sintonia com a natureza, onde pudessem cultivar a terra para a sua subsistência.

Façam uma reflexão sobre a bibliografia indicada e as possibilidades que ela oferece para pensar algumas questões que o livro didático não apresenta de maneira plenamente satisfatória.

Bibliografia complementar sobre a Revolução Mexicana

CAMÍN, Héctor Aguilar. MEYER, Lorenzo. ***À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo – SP, EdUSP, 2000.**

CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana – la formación del nuevo régimen*. México – DF, Editora Era. Primeira Edição: 1973.

GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida – México, 1910 –1920: una guerra campesina por la tierra y el poder*. México – DF, Editora El Caballito. Primeira edição: 1971.

RUIZ, Ramón Eduardo. *México: La Gran Rebelión – 1905/1924*. México – DF, Editora Era. Primeira edição em Inglês: 1980.

PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão e pos-scriptum*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PAVANI, Rafael. *Modelos e explicações na historiografia da Revolução Mexicana*. IFCH: Unicamp, 2007.

A expansão territorial e econômica no século XIX e a questão da Fronteira no imaginário norte-americano

Aula 9, Textos base:

KARNAL, Leandro. *Inventando a nova nação*. In: História dos Estados Unidos. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p.101-115.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A América e a Fronteira: Turner e Roosevelt*. In: *Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.127-147.

A- Ideias gerais do texto

A expansão norte-americana em direção ao Oeste, no século XIX, ultrapassou fronteiras naturais e culturais, ao abarcar uma área cinco vezes maior em relação ao território existente, no início da independência norte-americana, em 1776. Isso ocorreu por meio de políticas públicas que estimularam o extermínio das populações indígenas, a ocupação do território por imigrantes brancos e o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Os textos que nos auxiliam para a melhor compreensão desse processo são: o texto introdutório ao tema do professor de História da Unicamp Leandro Karnal e o da pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas Lúcia Lippi de Oliveira sobre os significados da fronteira para a constituição da identidade nacional norte-americana.

Antes, é preciso recordar que a independência norte-americana adquiriu um sentido revolucionário ao romper os laços com a metrópole inglesa e constituir uma nação com bases institucionais pautadas na liberdade individual, no sistema republicano democrático e no estímulo ao desenvolvimento do capital. Recorde, por exemplo, os conteúdos relativos à Declaração de Independência, em 1776, e a Constituição Americana promulgada em 1787. Essas conquistas - por mais questionáveis que sejam, quando pensamos na permanência da escravidão, na marginalização dos indígenas e no preconceito contra as mulheres na vida pública - revelam um avanço em relação aos sistemas políticos extremamente autoritários e aristocráticos daquela época.



O Estado moderno liberal que se formou com a união das Treze Colônias tinha como objetivo a expansão gradativa do capitalismo por meio do sistema de *plantation*, entre outros fatores.

Sua ênfase era dada no estímulo à produção em larga escala do algodão, do tabaco, do açúcar e do arroz, feita com mão de obra escrava no Sul e no Oeste do país. Havia também o incentivo ao desenvolvimento tecnológico, principalmente ao Norte, com a formação de fábricas de vidro, borracha, lã, couro, armas de fogo; a construção de estradas de ferro, barcos a vapor, além da descoberta de novas técnicas agrícolas. Dentre elas, estava o descaroçador de algodão, em 1793, cujos resultados multiplicaram os lucros de muitos proprietários de terras, comerciantes e industriais.

Vale dizer que esse processo de expansão do território e de desenvolvimento do capitalismo foi extremamente conflituoso, permeado por acordos, guerras e violência. Entre 1812 e 1814, por exemplo, a Inglaterra tentou novamente retomar, sem êxito, as ex-colônias ao invadir os Estados Unidos. Em 1823, o país

com receio das políticas conservadoras da Santa Aliança, que nutria interesse em reaver as possessões americanas perdidas pela Espanha e Portugal, declarou a “Doutrina Monroe”, em defesa da não interferência da Europa na América. A doutrina, conhecida também pelo *slogan* “*A América para os americanos*”, se tornou ambígua na América Latina, ao ser vista como uma justificativa norte-americana de interferir e até invadir, sempre que considerasse plausível, a América Latina.

A percepção negativa acerca do expansionismo norte-americano não foi gratuita. Em 1836, os Estados Unidos anexou o Texas, recém-independente do México, e, em 1946, declarou guerra contra o México, obrigando-o a perder mais da metade do seu território em troca de uma indenização irrisória. Somado a isso, o país comprou o Oregon da Inglaterra; a Louisiana da França; a Flórida da Espanha; o Alasca da Rússia; tomou a Indonésia da Espanha; invadiu a Nicarágua; apoiou as independências de Cuba e Porto Rico (1898), expandindo o território e suas possibilidades de desenvolvimento econômico.

A ideia de predestinação norte-americana - muito presente no discurso político e religioso da nação - era parte constituinte do projeto ideológico que difundiu a ideia de que o sentimento nacional americano se desenvolvia na medida das conquistas individuais e coletivas dos grandes espaços de fronteira, como o Oeste do país. A construção da ideologia nacional norte-americana capaz de desenvolver sentimentos comuns a uma população que falava diferentes línguas, proferia distintas religiões, possuía interesses econômicos diversificados e princípios morais divergentes foi uma espécie de “mito fundador” da nação.

Segundo Lucia Lippi, “o mito da fronteira” esteve vinculado à crença de uma terra prometida, destinada ao sucesso, trabalhada por homens brancos e protestantes virtuosos, que a conquistaram por direito divino e natural.

O romantismo foi, sem sombra de dúvida, um movimento que contribuiu com “o mito da fronteira” por meio de suas expressões artísticas e literárias, legitimando, assim, as transformações do espaço social e simbólico do país.

Com efeito, o lado obscuro da construção mítica do romantismo foi a ausência de uma preocupação em incluir os indígenas nessa sociedade e o silêncio em relação ao fato de alguns estados norte-americanos manterem a escravidão africana.

O governo central oficializou o extermínio ou a remoção das populações indígenas em políticas como as implementadas pelo democrata Andrew Jackson, que promulgou a “Lei de Remoção dos Índios”, em 1830. O intuito era o de ocupar as terras existentes para o cultivo agrícola e ultrapassar as fronteiras naturais representadas pelos românticos como um espaço vazio, aberto, tranquilo, ou seja, digno de ser conquistado.

Ao final do século XIX, artistas e intelectuais passaram a fomentar, assim, esse “mito da fronteira”, criando histórias e imagens de um momento grandioso, no qual o homem americano descobriu as suas virtudes e superações no desafio expansionista, no conflito com o “outro” e no controle da natureza.

No final do século XIX, o historiador norte-americano Frederick Turner, juntamente com outros estudiosos progressistas, contribuiu para essas visões ao desenvolver a ideia da excepcionalidade norte-americana. Ele trabalhou a noção de que os colonos brancos e protestantes chegaram à América e decidiram criar uma república democrática capaz de ser espacialmente ampliada. É a ideia de um povo predestinado que construiu um ambiente democrático em um espaço natural amplo e livre: um ambiente à espera de ser conquistado.

Segundo Lucia Lippi, essa interpretação mítica sobre a fundação norte-americana e sobre o caráter do americano foi moldada com a expansão para o Oeste e predominou na historiografia oficial norte-americana pelo menos até a



Segunda Guerra Mundial. A autora ressalta ainda que essa tese foi desenvolvida com afimco no momento de crise econômica e política após a Guerra Civil norte-americana (1861-1865), com o objetivo de reafirmar a necessidade da unidade nacional e da política democrática no país. Para a historiadora, no final do século XIX, Turner e o próprio presidente da época Theodor Roosevelt associavam

*"[...] a conquista do Oeste com a ideologia do excepcionalismo americano e com a missão dos Estados Unidos no mundo. Por volta de 1820, já era lugar comum ver a conquista do Oeste como a expansão da civilização contra a selvageria, da democracia contra a Tirania, assim como "válvula de escape" que tornou a luta de classes desnecessária na América. Agora, no final do século XIX, com o fim das terras livres, com o fim da fronteira, havia novamente riscos para a democracia, e é a partir desse contexto que vão ser construídos novos significados para a experiência histórica de fronteira."*¹⁸

A ideia de fronteira deve ser compreendida como um elemento natural e cultural que representa desafio, limite, conhecimento, conflito e encontro com o "outro". No caso norte-americano, a fronteira significou a crença da superioridade de brancos protestantes em relação à inferioridade de outras raças, como os indígenas, africanos e latinos. Nessa direção, o poder democrático norte-americano tinha os seus limites em relação ao "outro". Esses limites foram revistos ao longo da história norte-americana, por meio das lutas pelos direitos civis de indígenas, negros, mulheres, latinos... Enfim, por meio das lutas dos que acreditaram e acreditam que a busca pela vida, pela liberdade e pela felicidade seja um direito constitucional presente na Declaração da Independência (1776), que deve ser vivido plenamente por todos os cidadãos norte-americanos.

B-O tema em questão no livro didático

Leia a narrativa realizada por José Geraldo de Moraes acerca da expansão territorial norte-americana

A expansão territorial

"Com a solução dos problemas políticos internos e externos, os EUA partiram para a expansão de suas fronteiras, por meio de acordos amigáveis e de compra ou então com sangrentas guerras, como contra os indígenas e mexicanos.

Inicialmente Thomas Jefferson comprou da França o Estado da Louisiana em 1803. A Flórida foi comprada da Espanha em 1819. Entretanto, as medidas mais importantes para a expansão de suas fronteiras foram:

A marcha para o oeste – Realizada pelos pioneiros e incentivada pelo Estado. Nesta ocupação da região Oeste, inúmeras nações indígenas foram massacradas e dizimadas pela guerra, por bebidas e doenças, a maioria delas vindo a desaparecer. A conquista permitiu aos Estados Unidos a incorporação de milhões de quilômetros quadrados ao seu território e o acesso ao Pacífico. Os imigrantes europeus tiveram papel relevante na ocupação do Oeste a partir da década de 1840; milhares deles chegaram aos Estados Unidos com o sonho do rápido enriquecimento.

A conquista do Sudoeste – Em direção ao Sul, os Estados Unidos conquistaram o Texas (1845), o Novo México, a Califórnia, e o Arizona, através das guerras contra o México (1846-48).

A expansão territorial continuou nas décadas seguintes, com a compra da região de Gadsden (1853), do México, do Alasca (Rússia, 1867) e a anexação do Oregon, depois do acordo feito com a Inglaterra. Assim, ia se formando um país com dimensões continentais e potencialidades para se desenvolver internamente e alcançar a hegemonia política do continente".

MORAES, José Geraldo Vinci de. "A América no século XIX". In: Caminhos das civilizações: História Integrada – Geral e Brasil. São Paulo: Atual, 1998, p.282.

18 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "A América e a Fronteira: Turner e Roosevelt". In: Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e EUA. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.145.

Algumas questões para pensar

O texto sobre a expansão territorial dos Estados Unidos apresenta uma análise crítica sobre os fatos narrados? Como sabemos, a expansão norte-americana teve como efeito o extermínio das populações indígenas e a manutenção da escravidão africana. O texto mostra algum elemento nessa direção? Que tipo de desenvolvimento os Estados Unidos gerou com o seu projeto expansionista? Por que os Estados Unidos teve a possibilidade de se desenvolver a ponto de alcançar a hegemonia econômica no continente?

Algumas observações sobre o texto de José Geraldo de Moraes

Como visto nos textos, a conquista norte-americana teve como efeito a marginalização tanto das populações indígenas quanto das africanas em prol do “livre” desenvolvimento do capitalismo, que em longo prazo concentrou a renda e gerou muitos conflitos internos de cunho político, social e econômico. A expansão territorial norte-americana e sua hegemonia no continente de fato ocorreram, mas é preciso problematizar essas ideias para não correremos o risco de idealizarmos essas conquistas sem refletirmos sobre suas consequências.

Bibliografia completar sobre a fronteira

FOHLEN, Claude. “A fronteira: uma explicação da História Americana?”. In: *América Anglo-americana de 1815 à atualidade*. São Paulo Companhia das Letras, 1989, p.281-301.

MADER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e representações espaciais nas Américas no XIX. Rio Grande do Sul: UNISINOS. Vol.12, n.3, p.262-270, Setembro/Dezembro, 2008.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “Natureza e identidade nacional nas Américas”. In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 179-216.

SILVA, Claudia Luna. Fronteiras da cidade: limites do humano. Juiz de Fora: *Ipotesi*, vol.12, n. 1, p.63-73, jan./jul, 2008.

A Guerra Civil Norte-americana (1861-1865)

Aula 10 e 11, Texto base:

EISEMBERG, Peter L. "Introdução"; "As causas da Guerra"; "A guerra civil". In: Guerra Civil americana. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.7-1; p.39-79.

A- Ideias gerais do texto

Com base no texto paradigmático do historiador norte-americano Peter L. Eisenberg, publicado em 1982, abordaremos de forma sintética a Guerra Civil Americana, tema este considerado clássico da historiografia. Ocorrida entre 1861 e 1865, a Guerra Civil merece atenção, segundo o historiador, porque marcou profundamente a história dos Estados Unidos, não só por ter provocado milhares de mortos, mas também por ter colocado em evidência o impasse entre as regiões Norte e Sul do país e a incapacidade da Constituição Norte-americana de 1787 de superar os antagonismos políticos latentes na segunda metade do século XIX. Calcula-se que a Guerra Civil resultou em cerca de 600 mil mortos – em poucos eventos morreram tantos norte-americanos num único conflito.



Existem alguns aspectos comparáveis entre essa história e a do Brasil. A Guerra Civil Norte-americana foi uma reação ao movimento separatista do Sul, que declarou a independência por meio da formação dos Estados Confederados da América, à revelia do Norte, que lutou contra a separação. Da mesma forma, o governo imperial brasileiro teve que reprimir diversos movimentos separatistas, como a Revolução das Farrroupilhas, no Rio Grande do Sul, entre 1835 a 1845.

A questão da escravidão foi também um elemento que convulsionou a vida política tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil e parte das elites desses países resistiu o quanto pôde à sua extinção. Dessa forma, o que explica a Guerra Civil Norte-americana ter adquirido proporções tão dramáticas? Cabe ao leitor, ao longo da análise do texto, desenvolver sua própria perspectiva crítica a respeito.

Antes de analisarmos a guerra, apontaremos as diferenças profundas entre Norte, Sul e Oeste dos Estados Unidos que determinaram a guerra.

O Norte, geograficamente, ao longo do processo de expansão, chegou até a margem oriental do rio Mississipi. A produção econômica no período colonial era voltada para a subsistência. Ao final do século XVIII, iniciou a produção manufatureira de móveis, calçados, ferramentas, roupas, relógios e barcos, agora livre dos impostos cobrados pela Inglaterra.

Em 1860, a produção manufatureira do Norte se igualara à dos produtos agropecuários do Sul. A chegada de milhares de imigrantes no país (a maioria vindos da Irlanda, Inglaterra e Alemanha), a descoberta de novas tecnologias, a racionalização da produção, a expansão da fronteira agrícola, a construção de estradas de ferro e o uso contínuo de rios navegáveis garantiram o sucesso do crescimento econômico do Norte. Isto foi feito também com a repressão das populações indígenas e com a utilização da mão de obra livre. Vale lembrar que a escravidão no Norte havia sido abolida na maior parte dos estados logo após a Independência, em 1776.

Já o Sul era economicamente agrícola desde o período colonial e permaneceu assim ao longo do século XIX. Produtos, como o fumo, o algodão, o arroz e o milho, eram cultivados por meio, predominantemente, da mão de obra escrava, apesar

da proibição do tráfico em meados do século XIX. A venda desses produtos era feita para as indústrias inglesas, bem como para as nascentes indústrias do Norte do país. A mineração também era fonte de renda, mas a sua riqueza ocorria com o tratamento dado pela indústria de fundição do Norte do país.

Assim, o Oeste dos Estados Unidos era uma área de fronteira dinâmica, que foi se ampliando ao longo do século XIX até o Oceano Pacífico, com a expansão agrícola, a exploração de minérios, a caça de animais e o confronto constante com as populações indígenas. Alguns dos novos estados que se formaram, como o Texas, aderiram à *mão de obra escrava*; outros não.

Para Eisenberg, quando a Guerra Civil Norte-americana começou, ninguém devia ter ficado muito surpreso, pois as divergências entre Norte e Sul eram latentes desde o período colonial e se agravaram ao longo do século XIX.



Alguns exemplos:

1- A tarifa sobre as importações

O Norte queria o aumento de imposto para garantir o desenvolvimento de sua indústria; o Sul desejava a diminuição de imposto para que pudesse importar produtos mais baratos. Os debates e acordos oscilaram de um lado ao outro até a Guerra Civil.

2- O acesso às novas terras conquistadas a Oeste dos Estados Unidos eram também motivos de desacordos

O Norte defendia a venda das terras por um preço alto para garantir a mão de obra barata na indústria. Os pequenos proprietários desejavam que as terras fossem vendidas a um preço barato, bem como os sulistas que tinham interesse em ampliar a agricultura com o apoio dos recém-formados estados do Oeste. Com efeito, a maior parte das terras foi vendida a preços inferiores aos desejados pelos industriais do Norte.

3- Sobre a natureza de bancos e dinheiro

O centro de finanças do país estava no Nordeste e era lá que se emprestava dinheiro ao país inteiro. Essa região desejava um banco nacional e uma moeda forte capaz de realizar empréstimos e trocas comerciais com o valor real. O Sul e o Oeste, favorecidos pelos empréstimos, desejavam a flexibilidade das emissões de dinheiro, demonstrando contrariedade à existência de um Banco Nacional.

4- A questão relativa aos “melhoramentos internos” do país

Por meio de subsídios do governo federal, eram feitos melhoramentos em canais, portos e estradas de ferro, para que todo o país desenvolvesse melhor as relações comerciais. Porém, o Sul desconfiava dos altos custos desses investimentos, ao notar que eles beneficiavam mais o Norte do país do que ao Sul.

Por meio de dois partidos políticos, os Whigs e os Democratas, os Estados Unidos deliberavam sobre essas e outras divergências políticas. Os Whigs representavam os grandes comerciantes e manufatureiros do Norte, os fazendeiros aristocratas do Sul e os interessados no desenvolvimento do Oeste. Defendiam uma participação maior do governo federal na economia. Chegaram a ter certo *prestígio* na primeira metade do século XIX, por terem representantes políticos considerados heróis de guerra. Os Democratas, por sua vez, eram um partido de base popular, formado por pequenos fazendeiros do país, que defendiam um Estado liberal com menos impostos.

De todo modo, o grande impasse de toda a sociedade norte-americana foi a escravidão, que dividiu não apenas os partidos, mas toda a sociedade.



Por questões morais e econômicas, o Norte defendia a abolição da escla-



vidão, mas o Sul resistia em abrir mão do trabalho escravo e dos impostos que isso acarretaria. Apesar de os estados sulistas terem aceitado o fim do tráfico, a escravidão permaneceu no país até a Guerra Civil, iniciada em 1861.

Em 1816, porém, surgiu uma das primeiras reações explícitas contra a escravidão do Sul, que incentivava, inclusive, a ida de escravos para o Norte, com o intuito de ganharem a liberdade. O governo do presidente James Monroe chegou a comprar, em 1819, uma região da África Ocidental, a Libéria, para enviar os descendentes de africanos, libertando-os da escravidão nos Estados Unidos. Havia jornais abolicionistas, como *O libertador*, publicado de 1831 a 1865, que reivindicava a abolição imediata sem indenização, além de partidos, como o Partido da Liberdade, fundado em 1940, que levantava essa bandeira de maneira explícita.

Vale salientar que a escravidão no Oeste dos Estados Unidos era devido ao fato de parte da região ter sido povoada por fazendeiros sulistas, desejosos de manter a escravidão. O governo federal propunha uma tentativa de manter o equilíbrio entre os estados do Oeste, recém-formados, ao incentivar a adesão de alguns à abolição e outros à escravidão.

A partir de 1850, a capacidade de realização de acordos entre o Norte e o Sul esgotou-se. Havia mais representantes do Norte no governo do que no Sul, devido ao crescimento demográfico da população no Norte em relação ao sul, e ao não favorecimento da escravidão nos estados do Oeste.

Revoltas, conflitos e movimentos de resistência contra e a favor da escravidão tomaram conta do país. Chegou ao ponto de os próprios partidos Whigs e Democratas se cindirem em torno desta questão, o que levou à formação do Partido Republicano, em 1854. O crescimento vertiginoso desse partido, carregando uma bandeira antiescravista, o conduziu rapidamente e de modo surpreendente à presidência da República, por meio da eleição de Abraham Lincoln, em 1861.

O fato é que o Sul, nos anos de 1850, vivia uma prosperidade comercial maior do que a alcançada no Norte no mesmo período. Porém, havia um maior movimento de estados do Oeste que estavam aderindo à abolição da escravidão. Quando Lincoln chegou à presidência, em 1861, para os estados sulistas, era uma sentença de morte à escravidão. Foi necessária, segundo os próprios sulistas, a separação do país para a manutenção da escravidão no Sul e sua expansão para o Oeste. Chegaram a proclamar a República e a formar os Estados Confederados da América.

Em meio às graves tensões políticas, o presidente Lincoln declarou que defenderia, a todo custo, a união da nação e, para minimizar os conflitos, até toleraria a escravidão em territórios no quais ela já existisse. Apoiado pelo Norte, que a princípio parecia mais forte e resistente, teve de lutar duramente durante quatro anos para a reconquista da união dos Estados Unidos da América, uma vez que o Sul se defendeu militarmente o quanto pôde do Norte, onde a população era maior, a indústria mais forte e o Estado incentivador da mão de obra livre.



O presidente Lincoln atuou em várias frentes em prol da unidade nacional. Em determinado momento dos conflitos, chegou a propor a emancipação dos escravos do Sul de modo lento, gradual e indenizado. Além disso, reagiu de forma enérgica, violando correspondências, fechando jornais, prendendo sem julgamento e punindo em nome da União.

Diante da popularidade que o presidente alcançou com a luta antiescravista, durante a Guerra Civil, em 1863, foi proclamada a Lei de Emancipação da Escravidão. Nas áreas longe do alcance da União, os escravos tornaram-se livres na medida em que as tropas do Norte venciam. Mas foi, em 1865, que, de fato, a lei federal aboliu a escravidão em todo o território nacional, garantida pela reconhecida Décima Terceira Emenda da Constituição Norte-americana.

A derrota do Sul significou o colapso econômico da região e milhares de mortos. Foi a primeira guerra da história a usar armas de extermínio em massa. Entretanto, apesar de sentir os danos da guerra, o Norte vitorioso ganhou um forte impulso do governo federal e da iniciativa privada para o desenvolvimento amplo do capitalismo industrial.

É importante frisar que foram necessárias *décadas para a reconstrução do país*, bem como para a igualdade de condições sociais entre negros e brancos, pois o preconceito racial permaneceu em múltiplas formas. A Guerra Civil é considerada, ainda hoje, a mais custosa e letal que os Estados Unidos já enfrentaram. De acordo com Eisenberg, o seu significado é motivo de constantes revisões historiográficas e usos políticos que, neste último caso, se esforçam para associar os ideais de liberdade à figura do presidente Abraham Lincoln, assassinado por um manifestante fanático no ano em que findou a guerra, em 1865.

Vale acrescentar, por fim, que logo depois da guerra, as interpretações eram muito partidárias nos Estados Unidos. Escritores do Norte chamavam a guerra de “Rebelião do Sul” e consideravam a destruição da região um castigo merecido. Com efeito, o historiador conclui:

“Parece claro que nem o Norte nem o Sul era mocinho ou vilão. Também é evidente que as forças econômicas e sociais que determinavam a direção da história americana durante o século XIX não poderiam ter estado ausentes na hora de sua crise maior. Se a escravidão não era a única questão dividindo o norte e o sul, ela teve implicações e consequências tão profundas que é bem possível entender que um impasse político sobre esta questão tivesse levado as classes dominantes à guerra. Nem sempre duas sociedades com formações econômicas e sociais diferentes entram em combate mortal. Mas, quando há grandes proximidades entre as duas no mesmo corpo político, e quando as duas tem as mesmas ambições para com uma outra região ainda em formação, como foi o caso do Oeste, fica mais provável que nem todas as diferenças políticas encontrem resoluções amigáveis.”¹⁹

¹⁹ EISENBERG, Peter L. “Introdução”; “As causas da Guerra”; “A guerra civil”. In: *Guerra Civil americana*. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.112.

B-O tema em questão no livro didático

Observe a narrativa sobre a *Guerra Civil (1861-1865)*, de Raymundo Campos.

Guerra Civil (1861-1865)

“Na segunda metade do século, os Estados Unidos viveram uma série de mudanças revolucionárias decorrentes especialmente da Guerra de Secessão, que opôs os estados do Norte aos do Sul.

A guerra foi resultado de uma velha rivalidade entre Norte e Sul. Durante muitos anos os sulistas haviam dominado a política americana, mas na metade do século XIX, estavam sendo superados pelo progresso do Norte. Enquanto o Sul permanecia com uma economia agrária, voltada para o mercado externo e baseada na grande propriedade escravista, o Norte caminhava a passos rápidos para a industrialização. Tal situação criava um forte antagonismo entre as duas regiões com relação à política

tarifária: enquanto o Sul, que não possuía indústrias desejava tarifas baixas, que não encarecessem os artigos importados, o Norte, com um florescente parque industrial, desejava tarifas altas que o protegessem da concorrência dos manufaturados estrangeiros.

Além do problema tarifário, o antagonismo Norte-Sul alimentou-se do problema da escravidão e da organização dos novos estados. Os estados do Norte tendiam a encarar como normal a escravidão negra no Sul, mas eram frontalmente contrários à extensão do escravismo aos novos estados que surgiram nos territórios anexados a partir da compra de Louisiana. Tal posição devia-se ao fato de que, se a escravidão fosse introduzida nos novos estados, eles possuiriam uma organização econômica semelhante à do Sul, e os seus representantes no Congresso reforçariam a bancada sulista mantendo o predomínio político do Sul. Essa questão do escravismo nos novos estados parece ter sido a principal razão da guerra, que eclodiu logo depois da derrota do sul nas eleições presidenciais de 1860, quando foi eleito o republicano Abraão Lincoln.

Um maior número de recursos, tais como população e indústria, fez com que os nortistas vencessem a guerra. Essa vitória deu ao Norte forte predomínio político, que levou a um espetacular desenvolvimento industrial da região.

Ao lado desse grande crescimento industrial, o país continuou a sua expansão para o Oeste.”

CAMPOS, Raymundo. “Estados Unidos e Inglaterra na segunda metade do século XIX”. *História Geral. Vol. 2. Idades Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Editora Atual, 1978, p.139.

Algumas questões para pensar

O autor compreende o processo da Guerra Civil (1861-65) apresentando de forma objetiva os seus principais aspectos. É possível imaginar por meio dessa narrativa o fato de que a Guerra Civil foi a pior já enfrentada pelos Estados Unidos? Diante do fato de que a economia sulista foi duramente destruída com a guerra, como explicar aos alunos de maneira plausível o “grande crescimento industrial”? A questão da escravidão foi plenamente resolvida, segundo essa narrativa? Os negros no dia seguinte foram incorporados como cidadãos à sociedade norte-americana?

Algumas observações sobre o texto de Raymundo Campos

A Guerra Civil norte-americana foi terrível para os estados do Sul não apenas porque aboliu a escravidão, da qual eles dependiam, mas também porque destruiu parte de seus recursos, uma vez que boa parte das lutas ocorreu em seus territórios. Vale frisar que o Sul levou décadas para se reerguer e o preconceito racial foi latente na região até boa parte do século XX. Devemos, desse modo, utilizar a bibliografia para refletir com os alunos questões colocadas de forma sintética pelos autores dos livros didáticos.

Bibliografia complementar sobre a Guerra Civil

BERLIN, Ira. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CHAMBERS, Jonh Whiteclay. *To raise an army: the darft comes to Modern America*, New York: Free Press, 1987.

O imperialismo norte-americano

Aula 12, Texto base:

WINKS, Robin W. *O Imperialismo*. In: WOODWARD, C. Vann (org.) *Ensaio comparativos sobre a História Americana*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.262-279.

A- Ideias gerais do texto

Vamos refletir sobre o texto *O Imperialismo*, do norte-americano Robin W. Winks (1930-2003), diplomata, historiador e professor de Yale. Para nós, latino-americanos, é bastante natural pensarmos nas relações políticas, econômicas e culturais que os Estados Unidos estabelecem conosco como uma espécie de imperialismo. Chegamos ao ponto de atribuir, em alguns momentos, parte de nossa instabilidade ao imperialismo norte-americano. Sem dúvida, esse aspecto era mais evidente durante a Guerra Fria, na qual os conflitos entre sistemas capitalistas e comunistas produziram visões negativas das esquerdas latino-americanas sobre os Estados Unidos. Mas o que significa imperialismo? Qual é a crítica que está embutida nesse termo? Quais as implicações de pensarmos os Estados Unidos como um país imperialista? Qual é a especificidade do imperialismo norte-americano?

Logo, no início do texto, Winks nos faz uma provocação ao afirmar que “O depositário do poder é sempre impopular”, frase conhecida, segundo ele, por todos os homens de poder que contribuíram para o desenvolvimento de grandes potências, como Theodor Roosevelt, que tomou o Panamá da Colômbia e construiu um canal que liga o Atlântico ao Pacífico sem pedir a permissão de nenhuma outra nação. Com efeito, todo o depositário do poder é lido como imperialista.



É o imperialismo é, por sua vez, interpretado de maneira pejorativa. O termo se tornou elástico, ao ser associado a todos os homens que utilizam o poder para a expansão, consolidação e conquista. Ou seja, são imperialistas os que têm poder econômico, político e militar, mas ninguém que possui poder econômico, político e militar gosta, nos últimos tempos, de ser nomeado como tal.

No caso dos norte-americanos, muitos negam que o país seja imperialista ou que tenha tido um passado imperialista, e sim um passado expansionista ou progressista, comprometido com a república democrática. Isto é, para eles, muito diferente de outros países considerados imperiais, como a Inglaterra, que se via como um império, no século XIX, e justificava a sua dominação com base na ideia da “superioridade cultural”.

Fica claro, aqui, quando observamos o caso da Inglaterra, que o termo *imperialismo* nem sempre foi visto de maneira pejorativa. No final do século XIX, a Inglaterra se orgulhava de ser a grande potência imperialista capaz de levar a razão, o progresso e a ordem aos quatro cantos do mundo, mesmo que isso significasse o fim das práticas culturais, políticas e religiosas do povo a ser conquistado.

Os holandeses, franceses, norte-americanos e, até mesmo, o Corpo de Paz, sentiram esse mesmo espírito missionário ao dominar suas respectivas regiões. É uma mistura de sacrifício, arrogância, superioridade, *progressismo*, cristianismo que envolve a prática imperial. *Colonizar o espírito* é influenciar de maneira determinante o “outro” e, nesse caso, segundo o historiador, ninguém gosta de

ser o influenciado, pois há “uma considerável indignidade em se deixar dominar”.

No século XIX, os projetos expansionistas associados ao imperialismo utilizaram uma série de justificativas para dominar outras regiões, como o recurso à ciência natural. Com seus argumentos científicos, objetivos e hierárquicos, que estabelecia classificações de povos, raças, religiões e costumes, essa ciência foi responsável por atestar aquilo que era superior e aquilo era inferior.



Como se o cientistas fossem capazes de atestar e comprovar que os ingleses eram superiores aos indianos pela sua manifestação cultural, ou os africanos inferiores aos alemães pela questão racial. Isso, absurdo nos dias de hoje, teve o apoio da ciência natural e fomentou a prática imperialista.

Com efeito, o imperialismo europeu e norte-americano desconsiderou a diferença e julgou o “outro” sem, de fato, conhecê-lo. Impuseram aquilo que consideravam o mais apropriado aos africanos, asiáticos e latino-americanos, sem perguntarem a eles o que ou se precisavam daquilo.

É interessante pensar na observação de Winks sobre o fato de os Estados Unidos não se verem como país imperialista, porque foi fruto de um antigo império colonial e formado na crença de que construiu um novo mundo, com povos de diversas origens, vítimas, inclusive, das lutas imperiais e vinculadas aos princípios republicanos.

Somado a isso, as intervenções norte-americanas em diversas regiões do mundo tinham um caráter, segundo afirma, *habilitador* para que fossem admitidas na união: ou aprendiam a governar a si mesmas sob os princípios democráticos e republicanos ou não seriam passíveis de serem anexadas. Isso se traduziu em uma espécie de domínio indireto e rápido, pois não existiu nos Estados Unidos nenhum serviço militar público, nem organização militar de ultramar, nenhum sistema educacional e nem mesmo nenhum “departamento colonial”, durante o século XIX e a primeira metade do século XX.

A ideia é pensar, segundo o autor, como o poder norte-americano foi mobilizado pela primeira vez contra os menos poderosos e como foi empregado. Como sabemos, houve dois períodos de expansão norte-americana: o primeiro, ocorrido entre 1803 a 1853, foi de crescimento interno em direção ao Oeste, completado com a conquista de parte do território mexicano. Foi imperialista esse período? O historiador considera que pode ter sido, uma vez que foi justificado como uma prática de direito natural, de missão nacional e destino manifesto, na qual muitos norte-americanos se fiaram ao acreditar que compartilhavam de valores superiores, aos dos indígenas e africanos. Nesse caso, não era preciso o “outro”, encontrado no exterior, para reafirmar a superioridade norte-americana, pois ela já encontrava no índio e no negro, sujeitos a serem marginalizados e superados.

Após a Guerra Civil norte-americana (1861-1865) e a compra do Alasca da Rússia ocorreu um projeto expansionista para além-mar, com características marcadamente imperialistas. Isso porque os Estados Unidos apoiaram e intervieram na independência de Cuba, Porto Rico, Filipinas, Havaí e Panamá, com base na Doutrina Monroe, em 1823.



Seguiu com intervenções no Haiti, Nicarágua, Honduras e República Dominicana. No entanto, para o historiador, há algumas particularidades no imperialismo norte-americano, que devem ser levadas em consideração em relação às outras potências imperialistas, como a Inglaterra. Três diferenças se destacam:



1 - As anexações norte-americanas eram sempre de regiões estratégicas, em sua maioria, ilhas. Ex: Porto Rico e Havaí.

2 - As intervenções norte-americanas eram temporárias e com objetivos limitados, evidenciando uma natureza imperial transitória.

3 - As ingerências norte-americanas eram indiferentes à cultura local. Demonstraram, por exemplo, desprezo e ignorância pela cultura espanhola na América, diferente das atitudes adotadas por países imperialistas, como a França e a Inglaterra.

O que, então, caracterizou império norte-americano foi, para o autor, a tentativa de ajustar as possessões coloniais ao republicanismo capitalista: formar um sistema econômico único e vantajoso às colônias, que, como produtoras primárias, precisariam de um mercado consumidor que só encontrariam nos Estados Unidos. Winks defende a ideia de que muitas das colônias, como as Filipinas e Porto Rico, nem eram lucrativas; já tinham sido colonizadas por outras nações europeias e desejavam a proteção norte-americana, que concedia relativa autonomia a elas.

Seguindo a sua linha de raciocínio, nenhuma colônia europeia conseguiu a independência após a Segunda Guerra Mundial. Já os Estados Unidos haviam libertado Cuba de suas imposições administrativas, em 1934; prometeram a liberdade às Filipinas e ofereceram a independência a Porto Rico, negada por eles mesmos. Para o historiador, o país nem precisava ter feito isso, uma vez que tinha se tornado a maior potência mundial após esse período. Ou talvez o país tenha feito isso porque descobriu uma nova forma de exercer o imperialismo, ou seja, uma maneira de expandir o capitalismo industrial e de difundir os seus valores culturais, sem intervir de forma permanente na soberania das nações.

Apesar de o autor reconhecer os Estados Unidos como um país imperialista e procurar tratar da sua especificidade, levando em consideração muitas de suas arbitrariedades, não podemos deixar de acrescentar que muitas das intervenções norte-americanas na América Latina tiveram como efeito o aumento das desigualdades sociais e a permanência de uma elite política no poder. Não podemos nos esquecer de que o autor escreve justamente durante a Guerra Fria, período em que os Estados Unidos intervieram em muitos países latino-americanos, apoiando muitos golpes militares, como foi o de Pinochet, no Chile, em 1973. Assim, em nome da democracia e da liberdade, gerou-se extremas injustiças sociais e econômicas.

O diplomata Winks se adianta em defesa dos Estados Unidos ao afirmar: *"A América do Norte não detém o monopólio da delinquência juvenil, do índice crescente da criminalidade, nem do automóvel e seus excessos."*²⁰ É claro que, como latino-americanos, sabemos que os Estados Unidos não podem ser responsabilizado por todas as mazelas sociais e injustiças históricas na região. No entanto, é preciso dizer que a difusão do capitalismo liberal, segundo os seus próprios interesses, não contribuiu para a justiça social e a implementação de políticas democráticas na região.

Por fim, Winks reconhece alguns dos limites de uma política imperial ao afirmar que, como todos os imperialismos, o norte-americano foi contraditório e poderia fazer todo um povo parecer hipócrita. No entanto, sabemos que essa política imperial não findou no século XIX e início do XX, como nos faz perceber o diplomata; permanece como uma obsessão contínua de domínio, poder e conquista do capitalismo liberal norte-americano.

Exemplos não faltam: as invasões recentes ao Iraque pelas forças armadas norte-americanas em nome da democracia e interessadas no petróleo ilustram parte das arbitrariedades de uma política imperial. Autores críticos às observações de Winks são muitos, como o linguista norte-americano Noam

20 WINKS, Robin W. "O Imperialismo". In: WOODWARD, C. Vann (org.) *Ensaio comparativos sobre a História Americana*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.276.

Chomsky, o palestino Edward Said, o iraniano Tariq Ali, etc.

B-O tema em questão no livro didático

Leia texto do historiador marxista Raymundo Campos sobre o imperialismo norte-americano na América Latina.

A política imperialista

“Chegando ao Pacífico, os Estados Unidos tornaram-se uma das nações imperialistas naquele oceano. O desenvolvimento do imperialismo americano no continente asiático e na América Central foi a principal razão da guerra entre os Estados Unidos e Espanha no ano de 1898. A guerra foi desencadeada tendo como pretexto a ajuda americana à independência de Cuba e terminou com a derrota da Espanha e a anexação de Porto Rico e Filipinas pelos americanos.

Logo depois da guerra com a Espanha, os Estados Unidos iniciaram uma sistemática política intervencionista nos negócios da América Latina que foi chamada pelo presidente Theodore Roosevelt de “a política do grande porrete” (“big stick policy”). Os Estados Unidos, na defesa dos seus interesses, reservavam-se o direito de intervir nos países latino-americanos pela força, se necessário. A partir daí, o México e os países da América Central foram as principais vítimas das múltiplas intervenções armadas norte-americanas”.

CAMPOS, Raymundo. “Estados Unidos e Inglaterra na segunda metade do século XIX”. *História geral. Vol. 2 Idades Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Editora Atual, 1978, p.139.

Algumas questões para pensar

Como notar, no texto, a especificidade do imperialismo norte-americano? O que, de fato, os Estados Unidos desejaram com essas intervenções e anexações? A América Latina é vítima dos Estados Unidos? Como refletir sobre essas questões sem interpretá-las de forma maniqueísta (bom e mau; certo e errado)? De que forma o texto lido nos ajuda a repensar as colocações de Raymundo Campos?

Algumas observações sobre o texto de Raymundo Campos

Um ponto de partida para responder a algumas das questões que apresentei é, entre outros, o de perceber que Raymundo Campos é um historiador marxista que escreve o seu livro didático durante a Guerra Fria, ou seja, no momento de intensos conflitos ideológicos entre o capitalismo liberal norte-americano e os ideais comunistas. Nessa época, a América Latina era vista pelas esquerdas como a vítima e os Estados Unidos como o algoz. Atualmente, essa visão permanece? Como interpretar a política externa norte-americana na era da globalização? Em que medida o texto de Wincks nos concede outros elementos para pensarmos sobre a política imperial?

Bibliografia complementar sobre o imperialismo

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. SP: UNESP, 2002.

CASTAÑEDA, Jorge. O crisol cubano. In: *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. SP: Cia das Letras, 1994, p. 55-83.

PECEQUILO, C. S. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: UFRGS, 2005.

SALVATORE, Ricardo. *Imágenes de un imperio: Estados Unidos y las formas de representación de América Latina*. Buenos Aires, 2006.

SCHOUTLS, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru/SP: EDUSC, 2000.